

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Renato Czarnotta

Identificação das características empreendedoras
necessárias para a formação empresarial do
Microempreendedor Individual

São Paulo
2024

Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Reitor da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Dolores Montoya Diaz

Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. João Mauricio Gama Boaventura

Chefe do Departamento de Administração

Prof. Dr. Felipe Mendes Borini

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração

RENATO CZARNOTTA

**Identificação das características empreendedoras
necessárias para a formação empresarial do
Microempreendedor Individual**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Administração

Orientadora: Profa. Dra. Paula Sarita Bigio
Schneider Nissimoff

Coorientadora: Profa. Dra. Renata Giovinazzo Spers

São Paulo
2024

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica com dados inseridos pelo autor

Czarnotta, Renato.

Identificação das características empreendedoras necessárias para a formação empresarial do Microempreendedor Individual / Renato Czarnotta. São Paulo, 2024.

94 P.

Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2024.

Orientador: Paula Sarita Bigio Schneider Nissimoff.

Co-orientador: Renata Giovinazzo Spers.

1. Empreendedorismo . 2. Motivação. 3. Comportamento organizacional. 4. Competência profissional. 5. Microempresas. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho, assim como seu conteúdo teórico e prático, foi idealizada como um investimento direcionado ao desenvolvimento pessoal e profissional (Estabelecimento de metas, Iniciativa e Busca por oportunidade), visto como um empreendimento que requer na trajetória Compromisso, Persistência, Busca por informação, Planejamento e monitoramento sistemáticos.

Nesta trajetória, primeiramente, gostaria de agradecer às professoras orientadoras Profa. Dra. Renata Giovinazzo Spers e Profa. Dra. Paula Sarita Bigio Schnaider Nissimoff que não baixaram a guarda da Busca por qualidade e eficiência, mesmo nos momentos mais difíceis, estiveram presentes para garantir que eu não perdesse a Independência e Autoconfiança, e continuasse no caminho traçado. Não lhes faltaram motivos para, a cada etapa, lembrarem-me de avançar sem perder o foco (Riscos calculados).

Já aproveito para agradecer aos professores da banca que, por meio da Persuasão, validam a trajetória traçada. Quanto à Rede de contatos, fundamental na realização deste trabalho, gostaria de agradecer aos amigos mais próximos Cleber Pratt Marinho, Elesio Vicente Esteves Junior, Raphael Esteves e Reginaldo Luz. Em especial, agradeço aos professores e colaboradores da FEA.

Na operacionalização da pesquisa aplicada, gostaria de agradecer aos alunos e professores da ETEC que, de forma colaborativa, ajudaram na aplicação do questionário: Jenifer Peixoto Moreira, Alexandre de Oliveira Cardoso, Lucas Alves Lima, Yolanda de Almeida Santos, Kevin Naoiti, Marcia Silva dos Santos, Giovana Castro, Cesar Daniel Dias, Gilson Januario Pessoa, Miriã Vivian Oliveira Nunes, Diana Soares de Jesus, Camila Gomes da Silva, Rosilene Monteiro Chermont, Ana Carolina Nascimento Vieira, Jaqueline Ferreira Santana de Carvalho, Lindoneia José de Souza, Eduardo Lopes dos Santos, Monalisa de Paula Ribeiro, Jonatan Marques das Dores, também aos professores, Henrique Paulo Pereira da Silva, Silvana Herculano e Rita de Matos Queiroz.

Por fim, muito obrigado meu Senhor pela parceria nesta jornada, que o Senhor ilumine e guie nossos caminhos, sempre.

“A liberdade em expor diversos pontos de vista sobre Empreendedorismo é o início da jornada de como as diferentes partes formam o todo” (Gartner, 1990).

“Formação Empreendedora é aquela que está entre o querer fazer e o reunir forças para realizar” (Sebrae, 2022).

RESUMO

Czarnotta, R. (2024). Identificação das características empreendedoras necessárias para a formação empresarial do Microempreendedor Individual (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

A presente tese tem como objetivo mapear quais são os aspectos a serem desenvolvidos, prioritariamente, em um modelo de formação empreendedora destinado ao Microempreendedor Individual (MEI). Para tal, toma-se como ponto de partida o arcabouço teórico que constituiu as características do comportamento empreendedor de McClelland (1972). Este modelo classifica os empreendedores em dois grupos - os denominados nativos e os inativos - a depender das características de comportamento apresentadas. De maneira análoga, neste trabalho, desenvolve-se uma tipologia para a figura do MEI: o MEI nativo e inativo (semelhantes à lógica de McClelland, porém adaptados ao contexto político, econômico e social do MEI), o MEI por conveniência e o MEI espúrio (estes últimos dois admitidos como não empreendedores). A partir desta classificação, o enfoque é dirigido aos dois grupos empreendedores, a fim de responder à seguinte questão: Quais das características do comportamento empreendedor necessitam ser desenvolvidas para aproximar o MEI inativo daquele nativo, ou ainda, torná-lo nativo? Empiricamente, estas características são mapeadas em 86 MEI's na cidade de São Paulo, a partir de um questionário survey baseado em Vilas Boas (2015). Os resultados indicam que os MEI's nativos e inativos não se diferenciam tanto daqueles de McClelland, o que permite a replicação teórica. Apesar disso, são identificadas dificuldades nos aspectos “Correr riscos calculados”, “Persuasão e Redes de contatos”, “Planejamento/Monitoramento sistemáticos” e “Estabelecimento de metas”, demonstrando que as principais dificuldades da ação empreendedora estão vinculadas às categorias de “Planejamento e Poder”.

Palavras-Chave: Empreendedorismo. Motivação. Comportamento empreendedor. Formação empreendedora. MEI.

ABSTRACT

Czarnotta, R. (2024). Identification of the entrepreneurial characteristics necessary for the business training of the Individual Microentrepreneur (doctoral thesis). School of Economics, Business and Accounting of the University of São Paulo.

This thesis aims to map which are the aspects to be developed as a priority in an entrepreneurial training model destined to the Individual Microentrepreneur (MEI). Therefore, the starting point is the theoretical framework of McClelland's (1972) that constituted the characteristics of entrepreneurial behavior. In this model, entrepreneurs are classified into two groups - called native and inactive - according to their behavioral characteristics. Similarly, this thesis develops a typology for the MEI: the native MEI and the inactive MEI (such as McClelland's logic, but adapted to the political, economic, and social context of the MEI), for convenience MEI and spurious MEI (the latter two admitted as non-entrepreneurs). Based on this classification, the two entrepreneurial groups are focused on to answer the following question: What characteristics of entrepreneurial behavior need to be developed to bring the inactive MEI closer to the native MEI, or even to make it native? Empirically, these characteristics were mapped in 86 MEI's in the city of São Paulo using a questionnaire survey based on Vilas Boas (2015). The results indicate that the native and inactive MEI's are not that different from McClelland's, allowing for theoretical replication. Despite this, difficulties have been identified in "Taking calculated risks", "Persuasion and networking", "Systematic planning/monitoring" and "goal setting", showing that the main difficulties in entrepreneurial action are linked to the categories of "Planning and Power".

Keywords: Entrepreneurship. Motivation. Entrepreneurial behavior. Entrepreneurial training. Individual microentrepreneur.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: O MODELO GARTNER.....	24
FIGURA 2: AS DIVISÕES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO – IBGE.....	27
FIGURA 3: DIAGRAMA DAS CARACTERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR.....	41
FIGURA 4: RELAÇÃO TRABALHO/INVESTIMENTO.....	52
FIGURA 5: MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, EM 2019.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO BRASILEIRA, DE ACORDO COM AS DIVISÕES DO MERCADO DE TRABALHO.	28
GRÁFICO 2: TOTAL DE EMPRESAS OPTANTES NO SIMEI.....	32
GRÁFICO 3: GÊNERO BRASIL - INSCRITOS TOTAL OPTANTES NO SIMEI.	33
GRÁFICO 4: FAIXA ETÁRIA BRASIL – INSCRITOS TOTAL OPTANTES NO SIMEI.....	33
GRÁFICO 5: QUESTÃO 2 - PRINCIPAL MOTIVO DE ABERTURA DO MEI.	61
GRÁFICO 6: QUESTÃO 14 – GÊNERO.....	63
GRÁFICO 7: QUESTÃO 3 - SETOR DE ATUAÇÃO.	64
GRÁFICO 8: REPRESENTATIVIDADE DE GÊNERO <i>VERSUS</i> SETOR DE ATUAÇÃO.....	64
GRÁFICO 9: QUESTÃO 15 – GRAU DE ESCOLARIDADE.	65
GRÁFICO 10: QUESTÃO 17 - CCE MAIS PRESENTE NA CONDUÇÃO DO NEGÓCIO.....	67
GRÁFICO 11: QUESTÃO 18 - CCE MENOS PRESENTE NA CONDUÇÃO DO NEGÓCIO.....	69
GRÁFICO 12: QUESTÃO 10 – CORRER RISCOS CALCULADOS.	70
GRÁFICO 13: QUESTÃO 11 – PERSUASÃO E REDE DE CONTATOS.	72
GRÁFICO 14: QUESTÃO 7 – PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO SISTEMÁTICOS.	73
GRÁFICO 15: QUESTÃO 8 – PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO SISTEMÁTICOS.	74
GRÁFICO 16: QUESTÃO 13 – DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO NEGÓCIO.	75
GRÁFICO 17: QUESTÃO 16 – AUTOAVALIAÇÃO DA AÇÃO EMPREENDEDORA.	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO EMPREENDEDORISMO.	21
QUADRO 2: O INDIVÍDUO EMPREENDEDOR.....	24
QUADRO 3: COMPARAÇÃO DE CONCEITOS: CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS <i>VERSUS</i> MCCLELLAND	37
QUADRO 4: AS DEZ CARACTERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR (CCE)	38
QUADRO 5: PROPOSTA DE TIPOLOGIA DE MEI.....	53
QUADRO 6: QUESTÕES QUANTIFICADORAS DO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO.....	56
QUADRO 7: QUESTÕES QUALIFICADORAS DO QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO.....	57

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: AS 10 PRINCIPAIS OCUPAÇÕES EXERCIDAS POR MEI.....	45
TABELA 2: COMPOSIÇÃO DO VALOR MENSAL DE CONTRIBUIÇÃO DO MEI	46
TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA AMOSTRA – CCE’S.	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCE Características do Comportamento Empreendedor
CGSN Comitê Gestor do Simples Nacional
CLT Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPP Contribuição Patronal Previdenciária
CRC Conselho Regional de Contabilidade
CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CRM Conselho Regional de Medicina
CSLL Contribuição Sobre o Lucro Líquido
DAS Documento de Arrecadação do Simples Nacional
DASN Declaração Anual do Faturamento do Simples Nacional
EPP Empresa de Pequeno Porte
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INPI Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSS Instituto Nacional do Seguro Social
IPI Imposto sobre Produtos Industrializados
IR Imposto de Renda
ISS Imposto Sobre Serviços
MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME Microempresa
MEI Microempreendedor Individual
MPE Micro e Pequena Empresa
MPS Ministério da Previdência Social
OAB Ordem dos Advogados do Brasil
OIT Organização Internacional do Trabalho
OT Orientação Tecnológica
PEA População Economicamente Ativa
PF Polícia Federal
PIB Produto Interno Bruto
PIS Programa de Integração Social
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RFB Secretaria da Receita Federal
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIMEI Sistema de Recolhimento de valores Fixos Mensais dos Tributos do Simples Nacional
TI Tecnologia da Informação
TICs Tecnologias da Informação e da Comunicação
UNCTAD United Nations Conference on Trade and Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OS CAMINHOS DO EMPREENDEDORISMO	19
2.1 A DINÂMICA SOBRE AS ORIGENS DO TERMO EMPREENDEDOR	19
2.2 O MODELO DE GARTNER	22
2.3 O MICROEMPREENDEDOR NO CONTEXTO BRASILEIRO	25
2.4 O CONCEITO DE INFORMALIDADE	29
2.5 O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL COMO POLÍTICA DE FOMENTO	30
2.6 O MEI EM NÚMEROS – POR INSCRIÇÕES/FORMALIZAÇÃO	32
2.7 O MEI EM NÚMEROS – GÊNERO E FAIXA ETÁRIA	32
3 O COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR	35
3.1 O CONCEITO DE MOTIVAÇÃO	35
3.2 OS ESTUDOS DE MCCLELLAND.....	36
3.3 AS DEZ CARACTERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR (CCE).....	37
3.4 AS CCE’S APLICADAS AO CONTEXTO DE PEQUENOS NEGÓCIOS	39
4 DESATANDO OS NÓS DO MEI	43
4.1 CARACTERIZANDO O MEI E SEUS DIRECIONAMENTOS.....	43
4.2 DAS VANTAGENS E BENEFÍCIOS DA FORMALIZAÇÃO DO MEI	45
4.3 QUALQUER ATIVIDADE PODE SER MEI? QUAIS AS RESTRIÇÕES?	47
4.4 OS DIFERENTES TIPOS DE MEI	49
4.5 O EMPREENDEDOR ESPÚRIO.....	49
4.6 O EMPREENDEDOR POR CONVENIÊNCIA	51
4.7 O EMPREENDEDOR NATIVO.....	51
4.8 O EMPREENDEDOR INATIVO	52
4.9 QUALIFICANDO AS CARACTERÍSTICAS DO MEI.....	53
5 METODOLOGIA	55
5.1 PESQUISA APLICADA DO TIPO SURVEY	55
5.2 O INSTRUMENTO DE QUESTIONÁRIO	55
5.3 LOCALIDADE DA PESQUISA APLICADA.....	58
5.4 FORMA DE APLICAÇÃO DA PESQUISA	59
5.5 DIRECIONAMENTOS DA AMOSTRAGEM	60
5.6 TABULAÇÃO DOS DADOS	60
6 RESULTADO E DISCUSSÃO	63
6.1 PERFIL DOS RESPONDENTES.....	63
6.2 PERFIL DOS RESPONDENTES – ANÁLISE QUALITATIVA.....	65
6.3 RESULTADO DAS CCE’S MAIS PRESENTES NA CONDUÇÃO DO NEGÓCIO	67
6.4 RESULTADO DAS CCE’S MENOS PRESENTES NA CONDUÇÃO DO NEGÓCIO	69

6.5 CCE – CORRER RISCOS CALCULADOS.....	70
6.6 CCE – PERSUAÇÃO E REDES DE CONTATOS.....	71
6.7 CCE – PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO SISTEMÁTICOS.....	72
6.8 CCE – ESTABELECIMENTO DE METAS.....	74
6.9 DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO NEGÓCIO MEI.....	75
6.10 FECHAMENTO DA ANÁLISE DE DADOS – AUTOAVALIAÇÃO DO MEI.....	76
7 CONCLUSÃO.....	77
8 REFERÊNCIAS.....	79
9 APÊNDICE.....	89
9.1 QUESTIONÁRIO DA PESQUISA APLICADA.....	89

1 INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objeto de estudo o conceito de Empreendedorismo aplicado ao contexto brasileiro, em particular, no recorte da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), considerando suas especificidades econômicas, políticas e sociais. Na elaboração da estrutura conceitual do termo Empreendedorismo, tem-se como base os autores William Gartner (1985, 1989, 1990, 2001) e David Clarence McClelland (1965, 1972) que, para eles, o conceito é tecido em linhas multidimensional e multidisciplinar. Assim, desenvolve-se um modelo pautado em características de comportamento empreendedor que classifica os empreendedores em dois grupos - os denominados nativos e os inativos - a depender das características de comportamento apresentadas.

No entanto, ao trazer a figura do MEI, são abordadas especificidades criadas no contexto brasileiro, por meio de uma política pública de incentivo à formalização de pequenos negócios. Seriam estes MEI's semelhantes ao empreendedor de McClelland? Mais do que isso, quais seriam as características de comportamento que deveriam ser priorizadas em um modelo de formação empreendedora destinada especificamente ao MEI?

De maneira análoga ao estudo de McClelland (1972), neste trabalho, desenvolve-se uma tipologia para a figura do MEI: o MEI nativo e inativo (semelhantes à lógica de McClelland, porém adaptados ao contexto político, econômico e social do MEI), o MEI por conveniência e o MEI espúrio (estes últimos dois admitidos como não empreendedores). A partir desta classificação, o enfoque é dirigido aos dois grupos empreendedores, a fim de responder à seguinte questão: *Quais das características de comportamento empreendedor necessitam ser desenvolvidas para aproximar o MEI inativo daquele nativo, ou ainda, torná-lo nativo?*

A presente tese está estruturada em seis capítulos, além desta introdução. Assim, os capítulos 2 e 3 trazem o referencial teórico sobre a temática do Empreendedorismo sob diferentes enfoques. O capítulo 4 volta-se à figura do MEI, sua relevância, especificidades e por fim, a elaboração de uma tipologia de MEI que alimentará a abordagem empírica apresentada no capítulo 5 e desenvolvida no restante da tese.

2 OS CAMINHOS DO EMPREENDEDORISMO

Este capítulo discorre sobre o conceito de Empreendedorismo considerando a figura do agente empreendedor (Indivíduo) com relação às suas características e atributos, base para o devido entendimento de sua ocorrência nas questões econômicas e sociais. A literatura acerca do tema Empreendedorismo é extensa e traz diversos entendimentos de seu significado, importância e trajetória. A discussão por meio da literatura se faz necessária uma vez que a complexidade em torno de qualquer conceito exige a busca por uma linha de entendimento do processo histórico e da consolidação do termo em seus diferentes enfoques.

A priori, o interesse sobre o tema Empreendedorismo é dado por sua relevância como gatilho de transformação nas relações socioeconômicas centradas na ação do indivíduo, também, como alternativa à supervalorização econômica tradicional das relações de mercado, nas quais, o indivíduo é apenas coadjuvante do ambiente onde está inserido.

2.1 A dinâmica sobre as origens do termo Empreendedor

A literatura reconhece que o primeiro achado do termo empreendedorismo está relacionado aos estudos do economista franco-irlandês Richard Cantillon (1680-1734), em seu trabalho “*Essai sur la Nature du Commerce en Général*”, publicado em 1755. Cantillon acreditava que o “empreendedor” era um indivíduo que adquiria matéria-prima, processava e revendia por um preço incerto e caso tivesse lucro, dizia-se inovar. O economista francês Jean Baptiste Say (1767-1832) também utilizou em seus estudos o termo “empreendedor” no sentido de um indivíduo que transfere recursos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada, porém, não define com clareza quem é o “empreendedor” (Druker, 1987).

Alguns trabalhos buscaram aprofundar a definição de forma axiológica (preceitos, regras e valores) ou mesmo etimológica (campo de estudo da linguística), como exemplo, os termos empreendedorismo, empreendedor e empreender têm origem da palavra francesa *entrepreneur*, proveniente do latim, *imprehendere*. A palavra *entrepreneur*, origina-se do termo *entrepreneurs*, com significado “aquele que se encarrega e que faz alguma construção ou outra coisa”, é derivada do particípio presente de *entreprendre* (Boava & Macedo, 2009) (Baggio & Baggio, 2014).

Na literatura econômica, o empreendedorismo aparece como um fenômeno que expressa hábitos, práticas e valores, com referência ao indivíduo, posteriormente, vinculado à empresa (Colbari, 2007). Algumas escolas de pensamento econômico compreendem que o empreendedor é essencial ao processo de desenvolvimento econômico e, quando inserido em

modelos econômicos, retrata um sistema de valores da sociedade, e mostra que é fundamental o comportamento individual dos seus integrantes (Schumpeter, 1961) (Baggio & Baggio, 2014). O papel do empreendedor no desenvolvimento econômico envolve mais do que o aumento de produção e renda *per capita*, envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade (Hisrich e Peter, 2004, *apud*, Baggio e Baggio, 2014).

Para Vale (2014), com base no texto de Schumpeter de 1991, o empreendedor se configura na função de “fazer novas coisas ou de fazer as coisas que já vinham sendo feitas de novas maneiras”, ou seja, de alterar, de alguma forma, as funções de produção já existentes. Como exemplos de inovação, seria possível inserir novas maneiras de organização da produção, lançamento de novos produtos no mercado, introdução de produtos aperfeiçoados, desbravamento de novos mercados e ambientes, utilização de novos recursos, materiais e matérias-primas entre outros novos caminhos. Os empreendedores são os perturbadores do mercado, como agentes do desequilíbrio criativo.

A inovação quando aplicada corretamente desencadeia todo um ciclo de originais mudanças, espalha-se de maneira desigual, demonstrando uma tendência a concentrar-se em certos setores empresariais e regiões. De forma que uma inovação tende a induzir originais e diferentes inovações no mesmo setor, tornando criativo todo um processo de mudança em um determinado mercado ou região (Vale, 2014).

Na literatura, Schumpeter (1961) discorre sobre a diferença conceitual entre empreendedor, inventor, capitalista e gestor, com base em sua atuação no mercado, e traz que:

- O empreendedor implementa novas ideias;
- O inventor produz novas ideias;
- O capitalista possui os meios para investir e;
- O gestor realiza as funções administrativas.

Vale (2014) comenta que estudos de Schumpeter de 1959, da mesma maneira que Kirzner (1979), Knight (2009) e Baumol (2010), contribuem para dotar o conceito de empreendedor de certa amplitude, podendo ser aplicado para designar diferentes atores, estejam estes fora ou dentro de uma empresa, pois ambos podem levar a cabo novas combinações. Nessa linha, a autora traz que o século XX, em particular as últimas décadas, presenciou o interesse e a preocupação com o empreendedorismo entre os grandes temas das ciências sociais, com contribuições advindas de várias áreas do conhecimento.

Na busca por entendimento sobre o conceito de empreendedor, vê-se na literatura diferentes concepções teóricas direcionadas ao termo, cada qual enfatizando determinada

faceta ou dimensão desse “personagem”. No artigo de título: “Empreendedor: Origens, Concepções Teóricas, Dispersão e Integração”, Vale (2014) sintetiza as principais perspectivas teóricas estruturadas sobre o empreendedor como um ator diferenciado.

Quadro 1: Perspectivas teóricas do Empreendedorismo.

Perspectiva Teórica	Linha de Pensamento	Principais Autores
Vertente Econômica	Os economistas da escola clássica ignoraram o papel do empreendedor, nesta linha, o termo é construído com os pressupostos de função de produção, na qual não existem pessoas. Já a linha moderna traz que o empreendedor é fundamental nas decisões que envolvem a gestão de recursos escassos de uma determinada economia.	Knight (2009); Kirzner (1979); Baumol (2010).
Vertente da Inovação	Avançou na linha de pensamento de Schumpeter, no qual, o autor insere o indivíduo empreendedor no centro do processo de mudanças e das transformações econômicas. No sentido em que a inovação desencadeia todo um ciclo original de inovações que se espalham de maneira desigual, demonstrando uma tendência a concentrar-se em certos setores empresariais e regiões. Nesta vertente, os empreendedores são os perturbadores do mercado, como agentes do desequilíbrio criativo.	Schumpeter (1991); Novas proposições: Visão Baseada Recursos Capacidades Dinâmicas Teoria Evolucionária Foss, Klein, Mahoney, Michael, Davidsson, Metcalf, entre outros.
Vertente da Psicologia	Schumpeter influenciou toda uma geração de pesquisadores, principalmente, nas áreas de ciências sociais e da psicologia. Para Schumpeter a motivação gera inovação e mudança. McClelland (1971) é o autor que vai introduzir tais preocupações no centro de uma teoria do empreendedor, ao analisar as características psicológicas que predispõem um indivíduo ao empreendedorismo.	McClelland (1971); Schartz (1971); Hagen (1962)
Vertente da Sociologia	Muitos historiadores e sociólogos observavam o papel do empreendedor no processo de mudança econômica. Weber (1958) percebeu no novo empreendedor, uma pessoa dotada de características especiais. Traz que o empreendedor é quem vai mudar os métodos de comercialização com a introdução de princípios de preço baixo e maior rotatividade, como resultado de um processo de racionalização dos negócios.	Weber (1958); Sombart (2002); Simmel (1955);
Vertente da Sociologia Econômica	A sociologia econômica caminha pelo desafio trilhado por Schumpeter sobre a necessidade de uma interação entre Economia e Sociologia, onde, muitos dos recursos necessários à construção dos negócios estão enraizados no interior de distintas estruturas de relacionamento.	Granovetter (1973); Steiner (2005); Simmel (1955); Burt (1992).

Fonte: Adaptado de Vale (2014).

Apresentados os caminhos das diferentes vertentes do papel do empreendedor na construção da atividade econômica, vê-se que os economistas clássicos ignoram o papel do empreendedor, logo, o entendimento da atividade econômica é dado por uma função de produção em condições de equilíbrio, de forma que a atividade econômica se amplia ou retrai-

se, retornando a uma nova condição de equilíbrio, independentemente, dos agentes do sistema de produção. Já as vertentes da Inovação, Psicologia, Sociologia e Sociologia Econômica destacam o empreendedor como um agente central nos processos de mudança e transformações econômicas, em linha com o pensamento de Joseph Alois Schumpeter. Nessa linha de pensamento, o empreendedor se configura na função de “fazer novas coisas ou de fazer as coisas que já vinham sendo feitas de novas maneiras”, de forma que o empreendedor altera as funções de produção já existentes, como um gerador de constantes desequilíbrios (Schumpeter, 1961) (Vale, 2014).

Da extensa literatura produzida sobre os conceitos intrínsecos às temáticas do Empreendedorismo, Gartner (1990) traz que a definição do termo Empreendedorismo ainda está por emergir e, o que se tem articulado sobre o tema demonstra a robustez de uma nova área do conhecimento. Os vários temas e discussões sobre Empreendedorismo, para o autor, retratam diferentes partes de um mesmo fenômeno. A liberdade em expor diversos pontos de vista sobre Empreendedorismo é o início da jornada de como as diferentes partes formam o todo.

A abordagem de empreendedorismo defendida por Gartner (1985) integra uma estrutura multidimensional simples e coerente, sem ser reducionista na amplitude do fenômeno estudado e, quando compreendida em sua totalidade, vê-se que o entendimento de como as dimensões se relacionam é mais frutífero do que a busca por definições unidimensionais das partes. Para o autor, a ação empreendedora na criação de uma nova empresa demonstra mais diversidades do que diferenças e, compreender tais diversidades em seus aspectos distintos, é a forma assertiva de minimizar a complexidade intrínseca às relações sociais. No subtópico a seguir, será apresentado o modelo de Gartner com o propósito de compreender como as dimensões emergem e, como se relacionam entre si.

2.2 O Modelo de Gartner

A discussão sobre o conceito de Empreendedorismo, debatida por diferentes áreas do conhecimento, traz mais dilemas do que considerações relevantes (Colbari, 2007). Gartner (1989) declara que por dez anos tentou definir “o empreendedor” e não teve sucesso, outros autores que também tentaram não foram muito longe. A longa jornada por uma definição generalista busca responder uma simples questão: Quem é um empreendedor? Para o autor, mesmo que se tenha uma resposta, somente esta informação é inadequada para compreender o fenômeno do Empreendedorismo.

Na construção da literatura especializada, diversos estudos buscam diferenciar empreendedores, proprietários de pequenos negócios e gestores, na tentativa de trilhar por um caminho que seja possível encontrar uma definição comum para o conceito de empreendedor, o que, no entendimento de Gartner (1989), tem ocorrido de forma imprecisa. Quando o foco do estudo está na pessoa do empreendedor, questionando o porquê de certos indivíduos realizem a abertura de uma empresa, enquanto outros na mesma situação não realizam, tem-se que a interrogação no “Por quê?” direciona a resposta para “Quem”, de maneira que X realiza a abertura da empresa, porque X possui características e atributos pessoais. Tal linha de pensamento busca compreender “Quem é um empreendedor?” (Gartner, 1989).

Yeats (1956, *apud* Gartner, 1989), de outra forma, questionou “Como compreender o dançarino pela dança?”, o que seja, dois dançarinos de uma companhia podem ser igualmente competentes na performance e serem pessoas distintas em suas ações e emoções (traços de personalidades). O foco do estudo restrito a traços de personalidade não conduz o pesquisador a uma definição do que é ser um empreendedor nem mesmo ao entendimento do fenômeno empreendedorismo. No estudo de Gartner (1989), o empreendedor (indivíduo) é a unidade básica de análise e, os traços e características são os conceitos-chave para compreender empreendedorismo como um fenômeno, quando as ações do empreendedor causam o empreendedorismo.

No artigo de título “*A Conceptual Framework for Describing the Phenomenon of New Venture Creation*”, publicado em 1985, Gartner evidencia a distância entre a atuação de empreendedores e não-empreendedores na criação e operação de novas empresas, nesta linha, a diversidade entre eles é maior que as diferenças. O autor questiona se um conjunto de características pode descrever os aspectos intrínsecos à criação de novas empresas, tal como o ambiente onde as empresas estão inseridas, ou mesmo, sua eficiência operacional.

Outra discussão trazida nos estudos de Gartner (1989) é apresentada na abordagem dada ao empreendedor como um agente econômico que apresenta características e comportamentos na criação de novas empresas, na elaboração de processos pelos quais novas empresas passam a existir. A abordagem comportamental vista na criação de novas empresas é tida como um evento contextual, resultado de muitas influências, de forma que o empreendedor é parte da complexidade intrínseca ao processo de criação de novas empresas. As características de personalidade são auxiliares ao comportamento do empreendedor e, pesquisas sobre o tema deveriam focar em “O que o empreendedor faz?” e não, “Quem o empreendedor é?”.

Para Garner (1985), a estrutura (*framework*) que caracteriza a criação de novas empresas (*new venture creation*) integra quatro categorias (*major perspectives*) que, para o autor, são intrínsecas à construção do conceito de empreendedorismo. O Indivíduo, em suas características, organiza e cria uma nova Empresa, num Ambiente onde a nova empresa estará inserida, com um conjunto de Processos que irá compor a gestão e operação da nova empresa.

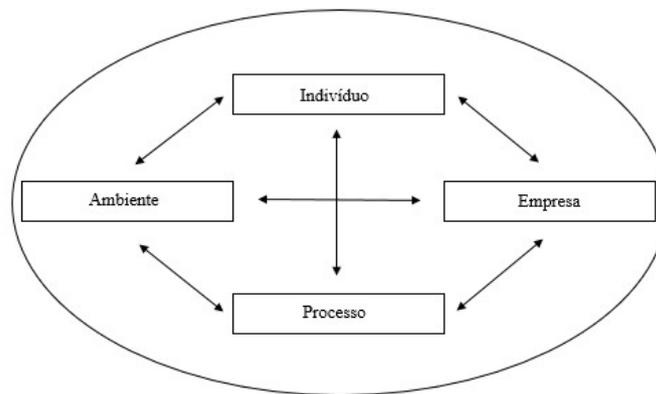


Figura 1: O Modelo Gartner.
Fonte: Adaptado de Gartner (1989).

No entendimento da estrutura trazida por Gartner (1985), o indivíduo empreendedor se diferencia do indivíduo não empreendedor por meio de características particulares. O autor busca na literatura organizar diferentes percepções das características de um empreendedor.

Quadro 2: O indivíduo empreendedor.

Autor	Para tal, o empreendedor é:
(Mill, 1848)	Um persistente tomador de risco.
(Palmer, 1971)	Um tomador de risco.
(Webster, 1976)	Um voraz mitigador de risco.
(Danhoff, 1948)	Uma metamorfose de momentos “empreendedor” e momentos “outra coisa”.
(McClelland, 1961)	Alguém que busca por realização.
(Schumpeter, 1934)	Alguém com capacidades de inovar, continuamente em busca por mudança.
(Shapero, 1975)	Alguém deslocado, diferenciado do grupo.
(Gould, 1969)	Algo próximo a um delinquente juvenil.
(Liles, 1974)	Alguém diferenciado, distinto do grupo.
(Schrage, 1965)	Alguém lúcido, mente aberta.
(Hill, 1982)	Um artista extravagante, com um natural senso de mudança.
(Schell e Davis, 1981)	Um ser político, no sentido de construir comunidades.

Fonte: Adaptado de Gartner, (1985).

Como visto no quadro 2, a busca por definição do conceito de empreendedor traz diferentes direcionamentos, tanto que, em alguns casos, os autores demonstram certa disparidade na leitura do empreendedor por possuir ações diferenciadas na criação, construção e gestão dos empreendimentos. Outros autores acreditam que tais diferenças demonstram experiência e personalidade intrínsecas às ações realizadas pelos empreendedores, sendo que o comportamento diferenciado na busca contínua por mudança constitui a base de sustentação da ação empreendedora.

Até aqui, com base na literatura disponível sobre a temática proposta, foram discutidos os conceitos com referência a ação do empreendedor de forma ampla, sem considerar os diversos contextos onde são constituídas as empresas. Como visto anteriormente, o ambiente é uma das dimensões trazida por Gartner (1985), de forma que se faz necessário compreender a estrutura e a dinâmica, socioeconômicas, de determinado ambiente, uma vez que a diversidade das relações Política, Econômica e Social que formam o ambiente interfere diretamente no desenvolvimento e na trajetória da ação empreendedora.

Conforme Davis e North (1970), entende-se como contexto o ambiente institucional, estruturado por um conjunto de regras fundamentais que governam a atividade econômica de uma determinada sociedade. As regras são passíveis de mudanças no decorrer do processo histórico, de modo que tais mudanças alteram a forma da inovação institucional e, por consequência, geram novos arranjos institucionais. Na tratativa da dimensão Ambiente, faz-se aqui o recorte à aplicação da dinâmica do modelo de Gartner no contexto brasileiro, onde surge o papel do Microempreendedor Individual (MEI), fruto de ação governamental de fomento às relações econômicas de produção e emprego por meio de políticas públicas que incentivam a formalização de empresas de baixo risco, com simplificação do processo de abertura e das exigências fiscais obrigatórias na gestão de pequenos negócios.

2.3 O Microempreendedor no contexto Brasileiro

O presente subtópico tem como objetivo discorrer sobre as bases de concepção do Microempreendedor Individual (MEI), considerando os eventos de sua consolidação por meio do uso de políticas públicas estruturadas, na linha de fomento socioeconômico. Nesta perspectiva, faz-se necessário definir os conceitos inerentes à discussão proposta, como desemprego e informalidade, trilhando as bases constitucionais de criação de tais políticas, assim como apresentar os resultados da efetividade da formalização do MEI dispostos na atual conjuntura.

Neste contexto, para compreender a criação do Microempreendedor Individual como alternativa à geração de emprego e renda, antes, vale ressaltar dois eventos históricos importantes ao presente tópico que marcaram o início de relevantes mudanças estruturais instituídas no modelo de geração de valor do produto social da economia brasileira: o processo de industrialização a partir dos anos 1940 e, sua crise devido à abertura comercial brasileira a partir dos anos 1990, com o aumento da competição estabelecida no curso da internacionalização dos mercados (Globalização).

Os caminhos traçados pelos dois eventos, Industrialização e Abertura Comercial, direcionaram a economia brasileira por uma profunda ambiguidade de realidades, nas quais, têm-se os caminhos do empenho por estabilidade financeira e responsabilidade fiscal como metas de crescimento econômico. Na contramão, tem-se o caminho da inércia social com altas taxas de desemprego e informalidade estrutural, constituindo um “desencaixe” das relações sociais dada a permanente instabilidade do ambiente institucional. (Cacciamali, 2001) (Feijo, Silva, & Souza, 2009).

Estado e governo, mediante o exercício de suas funções de Administração Pública: Alocativa, distributiva e estabilizadora (Silva & Souza, 2010), traçam vias de combate por meio de ações e programas com o intuito de, ao menos, amenizar tal desencaixe da dinâmica econômica-social. Nesta linha, o desemprego é a variável mais evidente por acometer, principalmente, o segmento da população mais vulnerável, afetando outras variáveis estruturais importantes. Na definição do conceito de desemprego, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) define que:

o desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de catorze anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Não basta não possuir um emprego, têm-se pessoas que embora não possuam um emprego, não podem ser consideradas desempregadas como, por exemplo, um universitário que dedica seu tempo somente aos estudos, uma dona de casa que não trabalha fora, ou mesmo, uma empreendedora que possui seu próprio negócio.

O IBGE utiliza o conceito de Pessoas Desocupadas¹ como sinônimo de pessoa desempregada, como destaca Kon (2012), “o IBGE define pessoas desocupadas como a parcela da População Economicamente Ativa (PEA) que compõe os indivíduos sem trabalho na semana de referência da pesquisa”, porém, “estavam disponíveis para assumir um trabalho

¹ Vale destacar que o termo “Pessoa desocupada” possui, popularmente, um cunho pejorativo, uma vez que Pessoa desocupada é dita como quem não quer trabalhar, diferente de uma pessoa que não tem um emprego.

nessa semana e, por conta própria, tomaram alguma providência efetiva para buscar trabalho no período de referência de 30 dias”.

Para Borchers, Rosalem, Leite e Araújo (2022), o desemprego é um grave problema social, verifica-se que o desemprego avançou nas últimas décadas tanto em economias desenvolvidas como em desenvolvimento. Os determinantes de sua ocorrência são múltiplos e complexos, intrínsecos à dinâmica dos modelos de economias globalizadas, às mudanças tecnológicas e gerenciais cada vez mais competitivas, dentre outros fatores. Na visão dos autores, “pode-se dizer, que índices de desemprego elevados retratam, em grande medida, a inaptidão de uma economia em constituir uma estrutura produtiva dinâmica o suficiente para gerar postos de trabalho, em quantidade e qualidade suficientes, para as pessoas que desejam trabalhar” (Borchers, Rosalem, Leite, & Araújo, 2022).

Na formulação de estatísticas macroeconômicas, o IBGE realiza divisões do mercado de trabalho (Figura 2), separando da população total, cidadãos que têm ou não idade para trabalhar, entre outras divisões de trabalho e rendimento referenciadas.

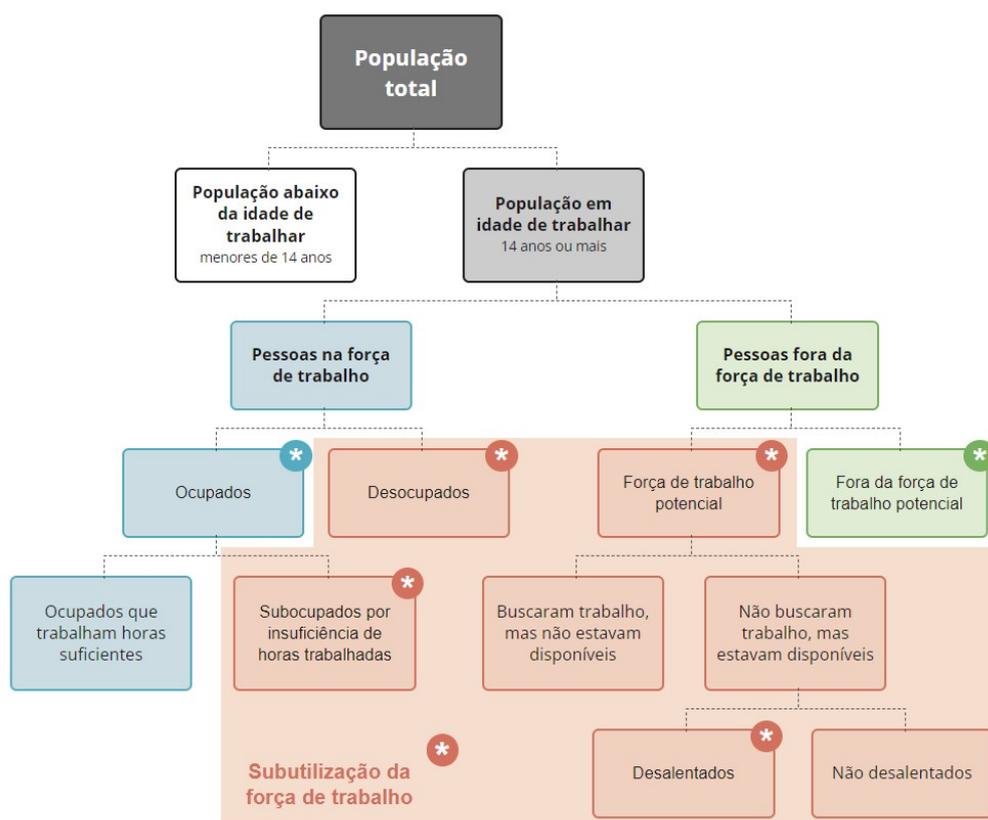


Figura 2: As divisões do mercado de trabalho brasileiro – IBGE.

Fonte: IBGE Explica/Desemprego, 2023.

Para mensurar a taxa de desemprego ou, no termo utilizado taxa de desocupação, o IBGE se utiliza da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)

que visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução no curto, médio e longo prazos da força de trabalho, entre outras informações necessárias para estudos e concepção de políticas públicas, tendo em vista o processo de desenvolvimento socioeconômico do país (IBGE, 2023).

A taxa de desemprego do IBGE é utilizada como principal estatística na concepção de políticas públicas referentes ao mercado de trabalho. Kon (2012) tece uma crítica quanto à forma de mensuração do indicador de desemprego, “partindo da hipótese de que os indicadores utilizados para a análise das taxas de desemprego do país mascaram a percepção da real situação do mercado de trabalho”, de forma que a taxa de desemprego, nas palavras da autora, deve ser elaborada de modo a incorporar a parcela dos trabalhadores que se encontram em situações precárias e vulneráveis de trabalho ou situações em que o potencial de produtividade do trabalho não está completamente utilizado (Kon, 2012). O gráfico 1 traz a distribuição populacional com referência ao mercado de trabalho e suas divisões (IBGE, 2023).

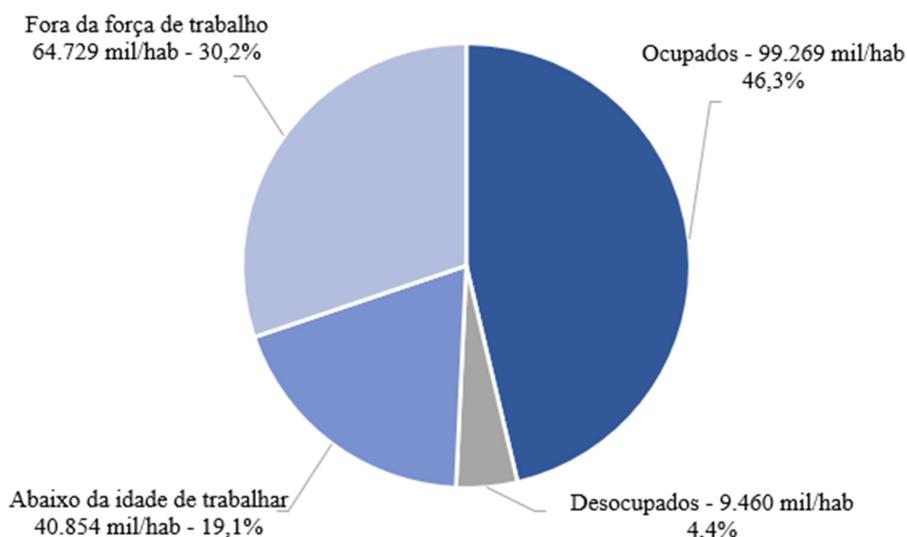


Gráfico 1: População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho.

Fonte: Dados do IBGE, 2023.

Como citado anteriormente, o desemprego é um passivo social que atinge, sobretudo, as camadas mais vulneráveis e menos instruídas da população (Shirasu e Arraes, 2019, *apud* Borchers, Rosalem, Leite e Araújo, 2022), de forma que representa a desocupação involuntária de indivíduos, acima de 14 anos, aptos ao trabalho que estão à procura de emprego, mas que por algum motivo, encontram-se fora do mercado de trabalho. O desemprego e suas diferentes concepções (número absoluto de desempregados, taxa de desocupação em relação à força de trabalho) variam em incidência e duração, afeta

especialmente as mulheres, os negros, os grupos tidos minoritários, como idosos e jovens, abrindo portas à informalidade (Tatsiramos e Van Ours, 2014, *apud* Borchers, Rosalem, Leite e Araújo, 2022).

2.4 O Conceito de Informalidade

Os termos “formal” e “informal” aparecem na literatura como substituição à dicotomia entre “setor tradicional” e “setor moderno”, numa trajetória em que o setor informal é entendido como um fenômeno moderno, resultado do processo de urbanização. Não havia literatura especializada de investigação social que explicasse claramente o que constituía a informalidade, simplesmente, entendida como uma maneira de fazer as coisas. As atividades informais foram tratadas como formando um setor e agrupava tanto empresas como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou em pequeno comércio (Salas, 2003, *apud*, Krein e Proni, 2010).

A literatura sobre o conceito de informalidade, suas causas e efeitos para a sociedade, é bastante diversificada. A partir dos anos 1970, o tratamento do fenômeno da informalidade é discutido por meio de diferentes abordagens e mensurações, nos quais, as interpretações associam o fenômeno à realidade e às mudanças do mundo do trabalho que concentra esforços na busca por compreensão dos efeitos da informalidade nas condições de vida dos trabalhadores (Souza, Trovão, Silva, & Santos, 2020). A partir dos anos 1990, a discussão sobre informalidade ganhou novos contornos no contexto de profundas mudanças econômicas e no mercado de trabalho (Krein & Proni, 2010). Atualmente, têm-se duas formas de referência no tratamento do conceito, sendo “setor informal” ou “economia informal”.

Em sua concepção, vê-se que o conceito de informalidade é associado às atividades de baixa produtividade e tecnologia, utilizadas como estratégia de sobrevivência da população mais pobre nos países de baixo desenvolvimento. A parte da população assim conceituada apresenta dificuldades de entrar no mercado de trabalho, utilizando-se de estratégias informais para complementar a renda, devido à baixa remuneração recebida. Entender o funcionamento do setor informal dá condições para compreender os problemas referentes à pobreza e às desigualdades no mercado de trabalho (Souza, Trovão, Silva, & Santos, 2020).

Para Krein e Proni (2010), a informalidade tem sua origem em fenômenos tais como:

- A contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira e os contratos atípicos de trabalho;
- As falsas cooperativas de trabalho; o trabalho em domicílio e os autônomos sem inscrição na previdência social;

- A evasão fiscal das microempresas; o comércio ambulante e economia subterrânea.

A diversidade de situações citadas caracteriza o que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) denomina como “economia informal”. Krein e Proni (2010) comentam que “apesar dessa disparidade de manifestações, há um denominador comum no fato de que, geralmente, envolvem trabalhadores cuja condição tende a ser mais precária em razão de estarem em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social”.

Da relação entre desemprego e informalidade, como visto, tem-se que o desemprego é um problema social que atinge diretamente as pessoas em situação de vulnerabilidade, enquanto que a informalidade, nas palavras de Neri e Fontes (2010) “o grande prejudicado das ligações informais existentes é o governo”, uma vez que os encargos trabalhistas devidos são ignorados. Resumidamente, na visão dos autores, os trabalhadores sem carteira assinada diferem dos registrados mais nos encargos sociais e menos nos direitos trabalhistas, de forma que firmas e trabalhadores barateiam os custos fiscais por meio da informalidade.

No caminho da formalização dos postos de trabalho, Neri e Fontes (2010) consideram como os principais determinantes para a redução da informalidade:

- A continuidade do processo de crescimento econômico;
- Aumento da qualidade da educação;
- Ações de fiscalização do trabalho e intermediação de mão de obra mais eficazes;
- Mudanças na legislação trabalhista e;
- Criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento dos microempreendimentos e pequenos negócios.

2.5 O Microempreendedor Individual como política de fomento

Criada a partir da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, a figura do Microempreendedor Individual (MEI) foi concebida com a finalidade de simplificar os processos de formalização de milhares de trabalhadores por conta própria em atividade no mercado sem a devida cobertura legal e previdenciária (Oliveira, 2013). O conceito de Microempreendedor Individual está inserido na legislação brasileira como um regime tributário diferenciado e segue uma linha temporal de leis, decretos e vetos que normatizam sua validação na seguinte ordem:

a) 2002: O artigo 966 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil) considera o empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, exceto quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária

ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa (Brasil, 2002);

b) 2006: A Lei Complementar nº 123/2006 define que a natureza jurídica de Empresário Individual é a denominação atual da antiga “firma individual”. A lei institui o Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP), além de estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado do regime tributário denominado de Simples Nacional, dada uma determinada faixa de faturamento anual. O tratamento diferenciado, também, abrange o recolhimento dos impostos de forma unificada (Brasil, 2006);

c) 2008: A Lei Complementar nº 128/2008 cria a figura do Microempreendedor Individual, define as atividades econômicas permitidas, bem como o rol de direitos e deveres do empreendedor ingressante na modalidade empresarial (Brasil, 2008).

Têm-se nas vantagens de formalização do MEI que o programa é coordenado na esfera federal por um conjunto de órgãos: Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Secretaria da Receita Federal (RFB), em parceria com estados e municípios (Moreira, 2013). O acesso público das informações referentes ao MEI é feito por meio de um site do governo, chamado Portal do Empreendedor, com acesso mediante dados cadastrados no site “www.gov.br”, de forma centralizada e em parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), responsável pelo atendimento e relacionamento com o público formalizado ou interessado em informações sobre formalização de empresa.

Oliveira (2013) comenta que a criação do MEI é vista pelo mercado como exitosa por ser um estímulo dada a eliminação de uma série de entraves burocráticos como a dispensa de contratação de um profissional contábil, pois não há exigibilidade de balanço contábil e escrituração fiscal. Importante destacar que, diferentemente de outros regimes tributários, o MEI é isento de impostos federais como Imposto de Renda (IR), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL). Também, por ser um portal unificado, o contribuinte tem acesso direto às informações de registro, alteração cadastral e baixa, bem como centralizado na gestão e operacionalização dos deveres tributários como o recolhimento do imposto único (DAS-MEI), o Relatório Mensal das Receitas e a Declaração Anual do Faturamento do Simples Nacional do Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI).

2.6 O MEI em números – por Inscrições/Formalização

O Gráfico 2 traz a série histórica do número de inscrições do MEI desde o início, em 2009, com 44.188 MEI's formalizados, atingindo 15.718.625 MEI's formalizados em dezembro de 2023 (RFB, 2024).

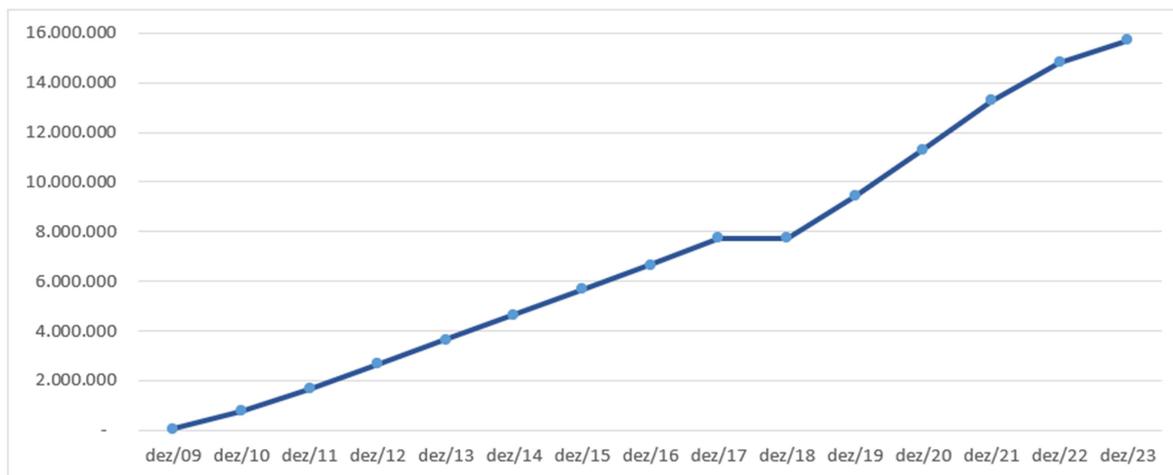


Gráfico 2: Total de Empresas Optantes no SIMEL.

Fonte: Dados do Portal RFB - SIMEL, 2024.

A evolução apresentada no Gráfico 2 demonstra a aceitação por parte da sociedade na busca por formalização e corrobora com a visão de Oliveira (2013) no que concerne à anuência do mercado como algo positivo e viável para o estabelecimento de novos negócios, ou mesmo, no interesse em regulamentar negócios já estabelecidos na informalidade. A formalização do MEI, como apresentada anteriormente, institui uma série de benefícios fiscais e facilidades operacionais quando comparada com outras formas de abertura de empresa, tributação e relacionamento com os órgãos públicos competentes.

A curva apresentada no Gráfico 2, de forma crescente, demonstra o tempo necessário entre a criação da política pública e a internalização desta no cotidiano social. Observa-se também como um importante “causador” do grande número de formalizações, a parceria entre governo e Sebrae no que concerne à legitimidade dos benefícios e simplificações anunciadas por meio da utilização de publicidade vinculada em diferentes veículos de comunicação.

2.7 O MEI em números – Gênero e Faixa Etária

Na distribuição da formalização do MEI por gênero, o IBGE (2023), em parceria com outros órgãos do governo, disponibiliza um conjunto de dados chamado de Estatísticas Experimentais 2021/2023, no qual, verifica-se, no ano de 2021, a distribuição de 53,3% de homens e 46,7%, expresso no gráfico 3.

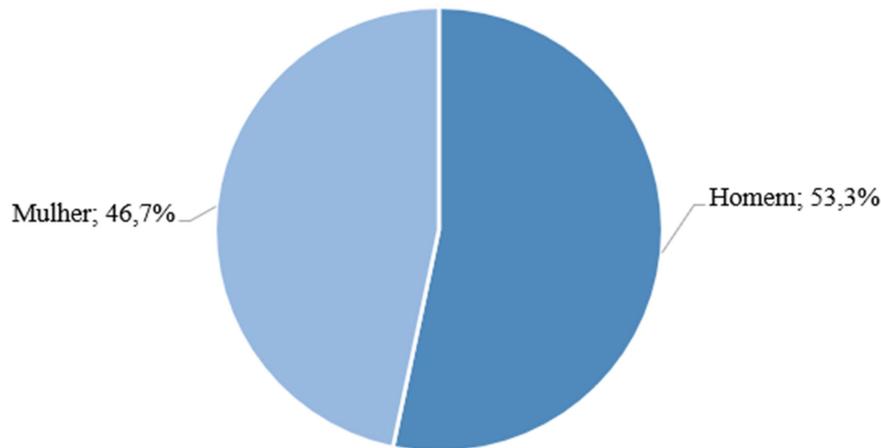


Gráfico 3: Gênero Brasil - Inscritos Total Optantes no SIMEI.
Fonte: Dados do Portal RFB e IBGE, 2023.

Da distribuição das inscrições do MEI por idade, observa-se que a faixa etária entre 31 a 40 anos, exposto no Gráfico 3, apresenta o maior número de inscritos, com quase um milhão de inscrições a mais em números absolutos. Também, verifica-se que 92% das inscrições estão distribuídas entre a faixa de 21 a 60 anos de idade, resultado que corrobora com a afirmação do Portal Sebrae (2022) que aponta que “a decisão de empreender nada tem a ver com a idade ou fase da vida, ela depende única e exclusivamente da vontade de ser dono do próprio negócio” e, constata que, com base em dados da pesquisa Monitor Global do Empreendedorismo – GEM (2021), “os empreendedores brasileiros com idade acima dos 44 anos já representam cerca de 38%, ou seja, mais pessoas estão abraçando o sonho de empreender, mesmo com uma idade mais elevada” (Sebrae, 2022).

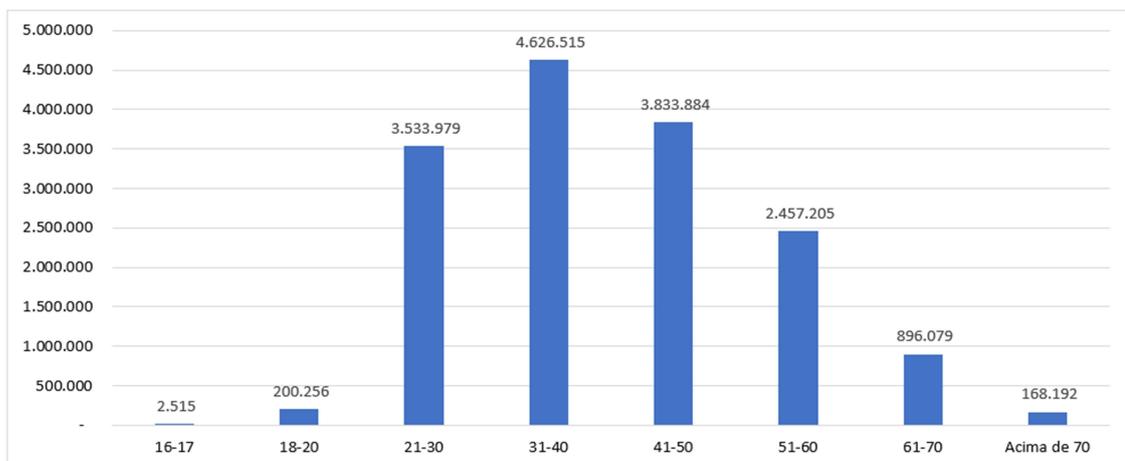


Gráfico 4: Faixa Etária Brasil – Inscritos Total Optantes no SIMEI.
Fonte: Dados dos Relatórios Estatísticos MEI/RFB, 2024.

Outra tendência observada sobre a ação empreendedora por faixa etária destaca que o empreendedorismo entre jovens vem crescendo. Com base em pesquisa, o Portal Educa Mais Brasil (2023) traz que 80% dos entrevistados pelo Sebrae com até 24 anos de idade já pensavam em abrir a própria empresa antes mesmo de completarem 18 anos. Do chamado empreendedorismo jovem, o Portal Educa Mais Brasil (2023) acrescenta que, na atualidade, cerca de oito milhões de jovens brasileiros com faixa etária entre 18 e 24 criaram e estabeleceram seu próprio negócio, validando a tendência e representatividade dos jovens no processo de empreendedorismo no Brasil.

3 O COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR

Para o entendimento da temática sobre o Comportamento Empreendedor, segue-se a trajetória dos estudos do psicólogo americano David Clarence McClelland (1917-1998), elaborados na concepção das características que compõem a ação empreendedora. Em linha com os estudos de McClelland, Gartner (1985) comenta que na concepção da dimensão “Indivíduo” é possível verificar um conjunto de características individuais que descrevem os aspectos intrínsecos à criação e gestão de novas empresas. A afirmação de Gartner possibilita construir um diálogo entre as dimensões do modelo de Gartner e as características do comportamento empreendedor (CCE) de McClelland que tem sua origem no entendimento do conceito da motivação humana.

3.1 O conceito de Motivação

Na busca por compreender o conceito universal do termo Motivação, o dicionário Michaelis (2023) denota o significado pela ótica da Psicologia como uma "série de fatores, de natureza afetiva, intelectual ou fisiológica, que atuam no indivíduo, determinando-lhe o comportamento". Já o dicionário online Dicio (2023) traz que, na concepção da Psicologia, motivação “é a reunião das razões pelas quais alguém age de certa forma; processo que dá origem a uma ação consciente”.

No campo da Administração, em estudos sobre o contexto organizacional, Bergamini e Coda (1997) trazem que “a motivação representa um processo que implica a vontade de realizar um trabalho” e, os atos motivacionais determinam ao mesmo tempo uma direção e uma intensidade de comportamentos, o que fará com que os indivíduos apliquem mais tempo e intensidade a atividades em que estão mais motivadas. No campo das ciências comportamentais, discute-se a caracterização de diferentes tipologias da orientação básica do comportamento motivacional como fatores de satisfação perseguidos pelos indivíduos, nos quais, para Bergamini e Coda (1997), têm-se:

- Participar: É o orientador do comportamento motivacional das pessoas que se preocupam com o próprio desenvolvimento pessoal e, procuram fazer jus às responsabilidades que lhe foram atribuídas, com a intenção de serem solícitas e prontas para ajudar.
- Agir: É o orientador do comportamento motivacional das pessoas que dão importância aos desafios e, são as primeiras a entrar em ação e empregam grande energia à finalização das atividades.

- **Manter:** É o orientador do comportamento motivacional das pessoas que desempenham atividades que demandam análise, lógica e organização. São pessoas com o “pé no chão” e costumam realizar as atividades de forma precisa e cuidadosa.
- **Conciliar:** É o orientador do comportamento motivacional das pessoas com habilidades de interação pessoal. São pessoas otimistas que valorizam a harmonia do convívio e encorajam os demais a ver diferentes lados do problema.

3.2 Os estudos de McClelland

Nas diversas vertentes teóricas sobre os caminhos do Empreendedorismo, McClelland (1972) comenta sobre a importância da Psicologia no campo da Economia, quando trata de investigar os motivos fundamentais de como o indivíduo organiza suas relações com seus semelhantes, de forma a compreender “os motivos pelos quais alguns indivíduos se concentram em atividades econômicas, nas quais, são evidentemente bem-sucedidos” (McClelland, 1972). O autor traz que a psicologia nunca se preocupou com os problemas econômicos e, o estudo científico de motivos e valores é formalmente jovem, o que faz ser uma primeira tentativa levada a efeito por um psicólogo interessado nas questões econômicas e nas motivações humanas, no sentido de proporcionar alguns esclarecimentos sobre um problema de importância histórica (McClelland, 1972).

McClelland (1972) resgata o conceito de “difusão cultural” do antropólogo que, na concepção do conceito, o autor comenta: “a humanidade está empenhada, acima do espaço e do tempo, em uma variedade de experimentos sociais e culturais que implicam diferentes métodos de organização econômica, política, religiosa e social”. Neste sentido, o autor discorre que com frequência ocorre uma mutação social como uma nova combinação de interesses, líderes e métodos de organização de diferentes esferas de atividades que geram novas dinâmicas que resultam em crescimento na esfera econômica ou, alguma outra esfera cultural.

Na literatura sobre empreendedorismo, a linha de cunho comportamental traz que o empreendedor é visto como um fenômeno propulsor do desenvolvimento econômico, que o empreendedor está diretamente relacionado à criação de novas empresas e, por consequência, à geração de empregos. Tem-se que o empreendedor é caracterizado como um agente de mudança e, por meio de características e habilidades específicas, desempenha determinada atividade empreendedora. Como atividade empreendedora, além da iniciativa e da busca por inovar, apresenta capacidade de organizar e reorganizar mecanismos sociais e econômicos

com a finalidade de transformar recursos e situações para proveito prático, considerando o risco e/ou o fracasso de suas ações (Minello, Bürger, & Krüger, 2017).

Nos estudos de McClelland (1972), o comportamento empreendedor é categorizado em três conjuntos de características motivadoras na criação de novos negócios: Realização, Afiliação/Planejamento e Poder. Conforme o autor, a presença do comportamento empreendedor independe de gênero, idade ou cultura (Minello, Bürger, & Krüger, 2017).

Quadro 3: Comparação de conceitos: Ciências comportamentais *versus* McClelland

Fatores motivacionais	Características motivadoras
(Bergamini & Coda, 1997)	(McClelland, 1972)
Participar	Realização
Agir e Manter	Afiliação/Planejamento
Conciliação	Poder

Para Minello, Bürger e Krüger (2017), a característica da Realização é identificada como a primeira necessidade empreendedora e evidencia a aceitação do indivíduo ante suas habilidades (participar de algo). Já a Afiliação demonstra a característica de estabelecer ou manter relações emocionais com as pessoas, resultando da capacidade de planejamento para soluções de dificuldades a partir de tais relações (agir e manter a operação de algo). A característica de Poder se refere à habilidade do indivíduo em exercer liderança sobre os outros (conciliação), no sentido de “poder de negociação” e “poder de influência” (Minello, Bürger, & Krüger, 2017) (Bergamini & Coda, 1997).

3.3 As dez Características do Comportamento Empreendedor (CCE)

Nesta trajetória, Minello, Bürger e Krüger (2017) comentam que ao considerar as características empreendedoras trazidas por McClelland (1972), tem-se que o conjunto de características individuais contribui para o desenvolvimento econômico e social, ganham relevância e devem ser desenvolvidas na condução do negócio. No conjunto de características individuais, tem-se a referência pela busca de oportunidades e proatividade, tolerância ao risco, persistência, exigência de qualidade, comprometimento, busca de informações, estabelecimento de metas, planejamento, persuasão e independência (Sebrae, 2022).

A criação de um novo negócio passa, primeiramente, pelo sentimento da realização, de fazer algo que terá êxito e trará frutos, remunerando o trabalho despendido no dia a dia, com a esperança de crescimento e perpetuidade do negócio. Dentro da concepção das características do comportamento empreendedor de McClelland (1972), segue-se os dez passos (CCE's) da

idealização da ação empreendedora, como um avanço ao antigo conceito do “espírito empreendedor” (Druker, 1987), no qual, era restrito a alguns indivíduos que nasciam com a propensão aos negócios e, assim faziam prosperar.

Quadro 4: As dez Características do Comportamento Empreendedor (CCE)

Fatores motivacionais (Bergamini & Coda, 1997)	Categorias	Características (CCE) (McClelland, 1972)
Participar	Realização	Busca de oportunidades e iniciativa
		Correr riscos calculados
		Persistência
		Exigência de qualidade e eficiência
		Comprometimento
Agir/Manter	Planejamento	Busca de informações
		Estabelecimento de metas
		Planejamento e monitoramento sistemáticos
Conciliar	Poder	Persuasão e redes de contato
		Independência e autoconfiança

Zuccari e Belluzzo (2016) comentam que o empreendedor é criativo, dinâmico, visionário, corre riscos calculados, tem iniciativa, motiva-se mediante desafios e, geralmente, possui um estilo de liderança na linha participativa, diferentemente do empresário tradicional que é cauteloso e conservador, não se dispõem a correr riscos e intimida-se com novos desafios, geralmente, possui um estilo de liderança na linha autoritária.

Além das características intrínsecas ao perfil individual empreendedor que o direciona a ser um agente de mudança, o estudo do comportamento empreendedor abrange a relação da atividade empreendedora à gestão da informação. Para Zuccari e Belluzzo (2016), “o perfil de um gestor empreendedor está associado ao gestor competente no acesso e uso da informação na construção de conhecimento”. O empreendedor, na gestão da empresa, atenta-se em saber qual informação buscar, quais as fontes confiáveis e como utilizá-las, pois compreende que a qualidade da informação reflete no resultado de suas decisões no âmbito gerencial e, por consequência, no desempenho da organização (Zuccari & Belluzzo, 2016).

Outra consideração trazida por Zuccari e Belluzzo (2016), ressalta que o perfil empreendedor está intrinsecamente relacionado à forma como estimula e apoia o conhecimento de sua rede de contatos, pois sabe que a gestão do conhecimento, em rede, agrega valor à organização, revendo continuamente suas práticas de gestão, de maneira que tal atitude contribui para seu crescimento e proporciona diferencial em relação aos seus

concorrentes, levando-o a caminho dos resultados esperados (sucesso). Nas palavras das autoras Zuccari e Belluzzo (2016):

Por isso, a informação e o conhecimento são essenciais no âmbito organizacional, uma vez que eles estão presentes em todos os processos da empresa, fato que permite analisar, entender e avaliar como o empreendedor percebe a necessidade de determinada informação, a busca, desenvolve, aplica e a utiliza na construção do conhecimento.

3.4 As CCE's aplicadas ao contexto de pequenos negócios

O Sebrae, em parceria com o governo federal, desenvolve módulos de capacitação com foco na linha comportamental da metodologia do Empretec, que tem sua base no fato de que o sucesso empresarial vai além da habilidade de gerenciamento de negócios, pois depende da atitude do indivíduo (Sebrae, 2022). Na linha comportamental, com vista à condução de pequenos negócios, o Sebrae (2022) define as características do comportamento empreendedor como:

A característica Busca de oportunidades e iniciativa tem o propósito de desenvolver a capacidade de se antecipar aos fatos e criar oportunidades de negócios. O empreendedor com essas características:

- Age com proatividade, antecipando-se às situações;
- Busca possibilidades para expandir seus negócios;
- Aproveita oportunidades incomuns para progredir.

A característica Persistência tem o propósito de aprimorar a habilidade de enfrentar obstáculos para alcançar o sucesso, expressa no conceito de Resiliência. O empreendedor com essas características:

- Não desiste diante de obstáculos;
- Reavalia e insiste ou muda seus planos para superar objetivos;
- Esforça-se além da média para atingir seus objetivos.

A característica Correr riscos calculados tem o propósito de assumir desafios e responder por eles, buscando sempre minimizar erros na tomada de decisão. O empreendedor com essa característica:

- Procura e avalia alternativas para tomar decisões;
- Busca reduzir as chances de erro;
- Aceita desafios moderados, com boas chances de sucesso.

A característica Exigência de qualidade e eficiência tem o propósito de renovação com a disposição para fazer sempre melhor. Um empreendedor com essa característica:

- Melhora continuamente seu negócio e/ou seus produtos;
- Satisfaz e excede as expectativas dos clientes;
- Cria procedimentos para cumprir prazos e padrões de qualidade.

A característica Comprometimento faz referência ao sacrifício pessoal, de ser colaborativo e solícito. O empreendedor com essa característica:

- Traz para si mesmo as responsabilidades atreladas a sucesso e fracasso;
- Atua em conjunto com a sua equipe para atingir bons resultados;
- Coloca o relacionamento com os clientes acima das necessidades de curto prazo.

A característica Busca de informações tem o propósito de estar sempre atento às novidades e acontecimentos do mercado, é orientado por dados e informações sobre clientes, fornecedores, concorrentes e sobre o próprio negócio. O empreendedor com essa característica:

- Envolve-se pessoalmente na avaliação de mercado;
- Investiga sempre como oferecer novos produtos e serviços;
- Busca a orientação de especialistas para tomar decisões.

A característica Estabelecimento de metas tem o propósito de definir objetivos claros para a empresa, tanto em longo como em curto prazos. O empreendedor com essa característica:

- Persegue objetivos desafiantes e importantes para si mesmo;
- Tem clara visão de longo prazo;
- Cria objetivos mensuráveis, com indicadores de resultado.

A característica Planejamento e monitoramento sistemáticos tem o propósito de organizar tarefas de maneira objetiva, com prazos definidos, a fim de que possam ter os resultados medidos e avaliados. O empreendedor com essa característica:

- Enfrenta grandes desafios, agindo por etapas;
- Adequa rapidamente seus planos às mudanças e às variáveis do mercado;
- Acompanha os indicadores financeiros e os leva em consideração no momento de tomada de decisão.

A característica Persuasão e Rede de contatos tem o propósito de compreender e utilizar estratégias para influenciar, persuadir e se relacionar com pessoas que possam ajudar a atingir os objetivos definidos. O empreendedor com essa característica:

- Cria estratégias para conseguir apoio para seus projetos;
- Obtém suporte de pessoas para seus objetivos;
- Desenvolve redes de contatos e constrói bons relacionamentos comerciais.

A característica Independência e autoconfiança tem o propósito de desenvolver autonomia para agir e manter sempre a confiança no sucesso. O empreendedor com essa característica:

- Confia em suas próprias opiniões mais do que nas dos outros;
- É otimista e determinado, mesmo diante da oposição;
- Transmite confiança na sua própria capacidade.

No conjunto de definições das características do comportamento empreendedor, o Sebrae (2022) disponibiliza em seu material um diagrama contemplando o grupo das dez CCE's. No diagrama, Figura 3, pode-se observar que a característica Persuasão e Rede de contatos é a base da pirâmide, dando o sentido de que “ninguém faz nada sozinho” na condução de um negócio. Já no topo da pirâmide está a característica Metas, no sentido da qual o estabelecimento de metas norteará a condução do negócio como um farol no topo de uma torre.

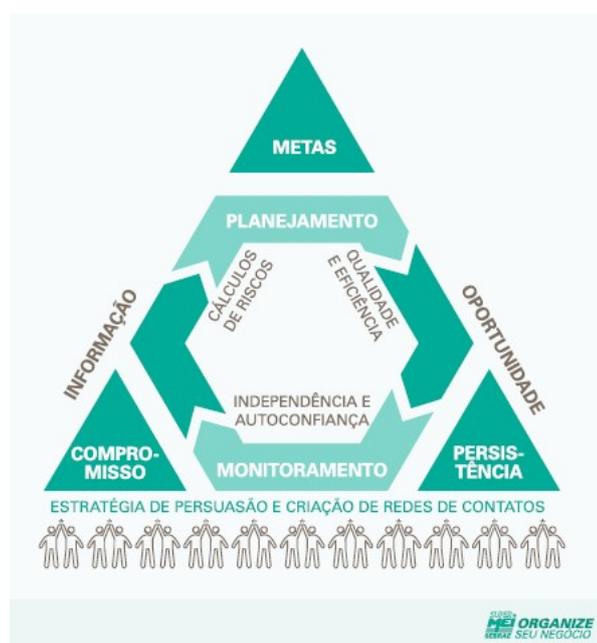


Figura 3: Diagrama das Características do Comportamento Empreendedor.
Fonte: Material Organize seu Negócio – SEBRAE/SP, 2023.

4 DESATANDO OS NÓS DO MEI

O capítulo 2 apresentou a base legal de criação do Microempreendedor Individual (MEI) numa perspectiva de política de fomento, voltada ao combate do desemprego e da informalidade, entre outros desacertos do ambiente institucional brasileiro. O presente capítulo tem como objetivo refletir sobre as características mercadológicas do MEI, no sentido de compreender como os benefícios e as vantagens das políticas públicas implementadas impactam no incentivo à ação empreendedora de fato, proporcionando o desenvolvimento das estruturas econômicas e sociais. Para tal feito, faz-se necessário interpretar corretamente, na prática de gestão, os direitos e deveres trazidos pela legislação que institui e normatiza o MEI, concentrando os esforços no entendimento das estruturas, as quais, os empreendimentos estão inseridos, dando um sentido de como os caminhos trilhados criam um ambiente de negócio saudável e promissor para os pequenos negócios.

Para contextualizar a importância da formalização do MEI na conjuntura econômica brasileira, tem-se que, em 2022, o setor de Micro e Pequena Empresa (MPE) representou a marca de 72% dos empregos gerados no país, chegando a 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e 99% dos empreendimentos brasileiros, com 18,5 milhões de pequenos negócios, nos quais 11,5 milhões são formalizados como MEI (Sebrae, 2022). Carlos Melles, presidente do Sebrae, comenta que “não é exagero afirmar que as micro e pequenas empresas voltaram a ser a locomotiva que puxa a economia brasileira”.

A estatística apresentada e o comentário do presidente do Sebrae validam a importância do MEI como propulsor de fomento (emprego e renda), uma vez que minimiza a complexidade tributária brasileira que combina uma série caótica de subsistemas legais com diferentes naturezas jurídicas, regimes de tributação, obrigações acessórias entre outras extensões burocráticas. Deste cenário, pode-se dizer que o MEI surge como “um copo d’água no deserto” em linha com a necessidade urgente de simplificação e conformidade na criação e gestão de pequenos negócios.

4.1 Caracterizando o MEI e seus direcionamentos

Pode-se entender a figura do MEI como um estímulo ao primeiro passo da ação empreendedora nos termos de uma pessoa física equiparada a pessoa jurídica, no sentido de o MEI não ser uma empresa (*per se*), é visto como um profissional individual que possui algumas prerrogativas de empresa mediante a obtenção do registro no CNPJ (Banco do empreendedor, 2023), dentro de uma série de condições legais que validam sua ocorrência. O profissional individual, no processo de formalização do MEI, precisa se enquadrar em

requisitos especificados na legislação vigente, coordenados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e normatizados pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

No rol dos requisitos da formalização, tem-se como condicionante o faturamento, que deverá ser igual ou inferior a R\$ 81.000,00 por ano. Outra exigência de enquadramento está relacionada ao tipo de atividade operacionalizada pelo profissional individual que deverá exercer de forma independente e exclusiva, apenas, as ocupações dispostas no Anexo XI da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) de nº 140/2018 (Brasil, 2018) (Brasil, 2022). Para o ano de 2024, o Projeto de Lei Complementar 108/21 aumenta para R\$ 130 mil a receita bruta anual permitida para enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI). A proposta, que tramita na Câmara dos Deputados, ainda autoriza o MEI a contratar até dois empregados (Câmara dos Deputados, 2024).

A Lei de Liberdade Econômica nº 13.874, de setembro de 2019, discorre sobre as atividades consideradas como de baixo risco. Como grau de risco, entende-se como as questões sanitárias da atividade econômica exercida que possam trazer perigo potencial de danos à integridade física, à saúde humana e ao meio ambiente. Também, para garantir o grau de baixo risco, o profissional individual deverá ter nacionalidade brasileira e ser maior de 18 anos. A formalização do MEI não permite que o profissional individual participe como sócio, administrador ou titular de outra empresa. Estrangeiros podem ser MEI desde que possuam Carteira Nacional de Registro Migratório, Documento Provisório de Registro Nacional Migratório ou Protocolo de Solicitação de Refúgio. Para pessoas de outras nacionalidades com visto temporário no Brasil, só é concedido o registro aos que nasceram em países do Mercosul (Sebrae, 2021). O documento de migração apresentado deverá constar o número de registro na Polícia Federal (PF).

O Anexo XI da resolução do CGSN (2018) traz as 400 ocupações permitidas ao MEI, divididas nos três principais setores da economia: Indústria, Comércio e Serviços. As ocupações permitidas são aquelas previstas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que tem o propósito de padronizar as atuações econômicas no Brasil, sendo que cada uma possui um código específico composto por sete dígitos vinculado à descrição da atividade, como exemplo, tem-se a prestação de serviço de Pedreiro independente e seu respectivo CNAE (4399-1/03).

No processo de formalização, além de inserir uma atividade principal, o MEI pode registrar até quinze ocupações em suas atividades secundárias, com o cuidado de observar que as atividades secundárias deverão, também, constar no rol de atividades do MEI (Terra, 2022). As atividades, principal e secundária, inseridas na formalização do MEI podem ser

consultadas no cartão do CNPJ da empresa e, são passíveis de alteração cadastral a qualquer momento pelo proprietário da empresa por meio do site do governo – Portal do Empreendedor (www.gov.br).

Abaixo, a Tabela 1 traz o ranking das dez atividades com maior número de formalizações do MEI e, somadas, representam 36% (5.602.456) de um total de 15.718.625 inscrições deferidas até dezembro de 2023 (RFB, 2024).

Tabela 1: As 10 principais ocupações exercidas por MEI.

CNAE	Ocupação	Formalização
9602-5/01	BARBEIRO, CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE (INDEPENDENTE)	1.042.290
4781-4/00	COMERCIANTE DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS INDEPENDENTE	1.006.855
4399-1/03	PEDREIRO INDEPENDENTE	696.286
7319-0/02	PANFLETEIRO(A) INDEPENDENTE, PROMOTOR(A) DE VENDAS INDEPENDENTE	674.585
5620-1/04	COZINHEIRO(A) QUE FORNECE REFEIÇÕES PRONTAS E EMBALADAS PARA CONSUMO INDEPENDENTE, DOCEIRO(A) INDEPENDENTE, SALGADEIRO(A) INDEPENDENTE	428.693
5611-2/03	PROPRIETÁRIO(A) DE LANCHONETE INDEPENDENTE, PROPRIETÁRIO(A) DE CASA DE SUCOS INDEPENDENTE, PROPRIETÁRIO(A) DE CASA DE CHÁ INDEPENDENTE	381.172
8219-9/99	DIGITADOR(A) INDEPENDENTE	375.335
4930-2/01	CARROCEIRO – TRANSPORTE DE CARGA INDEPENDENTE, (TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL)	345.644
9602-5/02	ESTETICISTA INDEPENDENTE, MAQUIADOR(A) INDEPENDENTE, DEPILADOR(A) INDEPENDENTE	339.357
4712-1/00	MERCEEIRO(A)/VENDEIRO(A) INDEPENDENTE, BARRAQUEIRO(A) INDEPENDENTE (PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS)	312.239
	TOTAL	5.602.456

Fonte: Estatísticas do Simples Nacional-SINAC (RFB), 2024.

4.2 Das vantagens e benefícios da formalização do MEI

O principal atrativo que explica o número elevado de profissionais individuais formalizados no MEI é, sem dúvida, a redução e simplificação da carga tributária. Porém, mais do que disso, o MEI é visto como uma cesta de incentivos à formalização de novos negócios, ou mesmo, de negócios antes estruturados na informalidade, por estabelecer uma série de vantagens e benefícios que simplificam os processos de gestão empresarial, seja na prestação de serviços ou na comercialização de produtos. Na gestão empresarial, o profissional formalizado encontra as informações necessárias relativas ao MEI de forma

centralizada e pode acessar serviços públicos como abertura de CNPJ, alteração cadastral, baixa de inscrição, download do documento de arrecadação do imposto (DAS), envio da declaração anual de faturamento (DASN), entre outros serviços em um único site do governo chamado de Portal do Empreendedor (www.gov.br).

Como apresentado, a carga tributária é o principal atrativo de formalização pois estabelece menor peso da carga tributária com redução da alíquota dos tributos incidentes: Contribuição da Seguridade Social (INSS), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e/ou Imposto Sobre Serviços (ISS). A contribuição do MEI é realizada com o pagamento de um valor fixo mensal (Tabela 2), englobando os impostos incidentes em uma única guia de recolhimento (DAS). Na composição do imposto, tem-se 5% de INSS Convencional ou 12% de INSS para MEI Caminhoneiro sobre o salário-mínimo federal vigente. Também, o valor mensal é composto por R\$1,00 de ICMS para empresas com atividades de comércio e/ou indústria e R\$ 5,00 de ISS para empresas com atividades de serviços.

A guia de recolhimento DAS é a forma de tributação da empresa MEI com vencimento até o dia 20 de cada mês. Para 2023, a Medida Provisória nº 1.143, de 12 de dezembro de 2022, determinou que o novo salário-mínimo nacional será de R\$ 1.302,00, o que aumentará o valor referente à contribuição de INSS (Sebrae Digital, 2023).

Tabela 2: Composição do Valor Mensal de Contribuição do MEI

Setor da Atividade	Contribuição Mensal	Composição do valor Mensal
Empresas de Comércio e Indústria	R\$ 66,10	R\$ 65,10 de INSS + R\$ 1 de ICMS
Empresas de Serviços	R\$ 70,10	R\$ 65,10 de INSS + R\$ 5 de ISS
Empresas de Comércio e Serviços	R\$ 71,10	R\$ 65,10 de INSS + R\$ 6 de ICMS e ISS
MEI Caminhoneiro	R\$ 162,24	R\$ 156,24 de INSS + R\$ 6 de ICMS e ISS

Fonte: Sebrae Digital, (2023).

Formalizado e mantendo o recolhimento mensal em dia, o responsável pelo MEI e sua família passam a ter direitos previdenciários como aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão e pensão por morte (Gov.br, 2023). O MEI “em dia” com as obrigações cadastrais e fiscais terá acesso a serviços financeiros como conta bancária jurídica, máquina de cartão, acesso ao crédito entre outros. Com a emissão de nota fiscal eletrônica, o MEI poderá vender e prestar serviços para outras empresas e para o governo.

Vale ressaltar, a criação do Inova Simples na mesma linha das vantagens do MEI, porém, voltado para novos empreendimentos inseridos no conceito de Inovação e Startup, com vista a “iniciativas empresariais inovadoras no processo de conversão da inovação em retorno econômico” (INPI, 2022). O Inova Simples foi instituído pela Lei Complementar nº 167/2019 e normatizado pela Resolução CGSN nº 171/2022, nos termos da natureza jurídica de Empresa Simples de Inovação e, traz um regime especial simplificado que concede às iniciativas empresariais de caráter incremental ou disruptivo um tratamento diferenciado com vista a estimular sua criação, formalização, desenvolvimento e consolidação como agentes indutores de avanços tecnológicos e da geração de emprego e renda (INPI, 2022) (IOB, 2022).

4.3 Qualquer atividade pode ser MEI? Quais as restrições?

Como apresentado, a criação do MEI trouxe uma gama de facilidades na condução empresarial, incentivando a ação empreendedora de pequenos negócios (dentro das ocupações permitidas), com o propósito de desburocratizar o primeiro estágio de vida da empresa, no qual, as incertezas são mais evidentes e exige um tempo de maturação tanto do investimento inicial quanto da operação em si, estruturada numa unidade produtiva ou comercial. Na forma de prestação de serviços, o MEI pode exercer suas atividades como trabalhador autônomo atuando por meio de cessão ou locação de mão-de-obra às empresas, o que é permitido para algumas poucas ocupações do MEI em atividades que não são regulamentadas por entidades de classe, como serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos, cabendo à empresa contratante verificar se haverá a incidência de recolhimento na fonte da cota patronal (CPP) de 20%, relativa à prestação do serviço tomado (CMAP, 2021).

Na escolha da formalização do MEI, a legislação traz algumas situações que não permitem ao trabalhador ser regulamentado como MEI (Sebrae, 2021). Primeiramente, não pode ser MEI os chamados serviços intelectuais, também conhecidos como profissionais liberais, na atividade de administradores, advogados, arquitetos, contadores, dentistas, engenheiros, médicos entre outras profissões que requerem diploma de graduação e, posteriormente, o registro em conselhos específicos para atuar na atividade, por exemplo, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e Conselho Regional de Medicina (CRM). Os profissionais liberais vinculados a entidades de classes já possuem uma série de benefícios específicos garantidos por lei e, na condução da atividade por pessoa jurídica,

como traz o Time Neon (2021), “se quiser ter um CNPJ, ele pode abrir uma Microempresa (ME) ou uma Empresa de Pequeno Porte (EPP)”.

Outras condições da não incidência da formalização do MEI recaem sobre indivíduos que já possuem algum tipo de benefício legal na atuação da atividade profissional ou, mesmo, na condição de beneficiário de programas assistenciais ou trabalhistas incluídos em projetos sociais de transferência de renda oferecidos pelo governo. O site do Sebrae (2021) lista as condições em que a legislação prevê situações que não permitem a formalização do trabalhador como MEI por questões legais trabalhistas, nas quais:

- Quem recebe benefício do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social/Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS), ou, o seu tutor;
- Quem recebe aposentadoria por invalidez, quando se é pensionista do RGPS/INSS inválido. O pensionista inválido que se formaliza como MEI ou realiza qualquer outra atividade é considerado recuperado e apto ao trabalho; portanto, deixará de receber a pensão;
- Quem executa construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;
- Quem é pensionista e servidor público federal em atividade. Neste caso, os critérios podem variar de acordo com as respectivas legislações, estaduais ou municipais. Quando se é Servidor Público Federal em atividade; Servidores públicos estaduais e municipais devem observar os critérios das respectivas legislações, que podem variar conforme o estado ou município;

Nas restrições, têm-se também situações intermediárias que permitem a formalização do trabalhador com algumas ressalvas, nas quais, o site do Sebrae (2021) lista as opções em que:

- Trabalhador que recebe seguro-desemprego ao se formalizar pode ter o benefício suspenso. Neste caso, o interessado deve recorrer aos postos de atendimento da Secretaria do Trabalho do Ministério da Fazenda;
- Trabalhador registrado no regime CLT pode se tornar MEI, mas em caso de demissão sem justa causa ele não terá direito ao seguro-desemprego;
- Trabalhador que recebe auxílio-doença pode ser formalizado, mas ele perde o benefício a partir do mês da formalização; trabalhador que recebe aposentadoria por invalidez ou é pensionista por invalidez;

- Beneficiários do Bolsa Família não são excluídos do programa se se registrarem como MEI, a não ser que haja aumento na renda familiar acima do limite deste. Só pode se formalizar como MEI quem exerce ocupação descrita na lista de atividades permitidas constante do Anexo XI da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018.

Para manter a inscrição do MEI ativa e vinculada aos benefícios e vantagens fiscais, faz-se necessário que o empreendedor esteja por dentro da legislação e das responsabilidades assumidas na formalização. Também, recomenda-se que o empreendedor acompanhe as mudanças ou atualizações realizadas no conjunto de regras, com atenção especial, por exemplo, se a atividade que antes era permitida foi excluída do Anexo XI disposto na legislação vigente. Caso o empreendedor não siga as regras corretamente estará sujeito ao desenquadramento (expulsão) do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos do Simples Nacional (SIMEI).

O desenquadramento é um processo que ocorre quando um MEI deixa de cumprir uma ou mais regras estabelecidas na legislação, tais como, faturar mais do que o limite anual, que é de R\$81.000,00 (ou sua proporcionalidade, R\$6.750,00 ao mês), exercer atividade não permitida ao MEI, entre outros desvios das regras. O Desenquadramento pode ocorrer de forma opcional, automático ou por ofício do órgão regulador do Simples Nacional.

4.4 Os diferentes tipos de MEI

Na busca por compreender as características inerentes ao conjunto de “MEI’s formalizados”, observa-se para fim de pesquisa, a hipótese do agrupamento das formalizações em quatro tipos diferentes de MEI, considerando as intenções do profissional individual na criação da empresa. Verifica-se, na análise, se há a presença das características do comportamento empreendedor nas práticas de gestão do negócio, se existe de fato uma unidade produtiva, comercial ou prestação de serviço na ocupação (CNAE) informada no CNPJ e, se a ocupação *versus* operação está corretamente inserida no rol de regras dispostas pelo programa.

Na leitura das diferenças entre os tipos de MEI, tem-se, à primeira vista, que o tipo de MEI sugere, de um lado, os direcionamentos e as intenções da formalização em linha com a ação empreendedora e, de outro lado, possíveis desvios de caráter oportunístico.

4.5 O Empreendedor Espúrio

No agrupamento do tipo Empreendedor Espúrio, observa-se a presença de uma unidade produtiva ou prestação de serviços, porém distorcida da ocupação permitida pelo

MEI, com a finalidade de beneficiamento por razão da menor tributação do MEI. Na formalização, o Empreendedor Espúrio garante, para si, ganhos financeiros, além de vantagens na gestão tributária. Como exemplo, um profissional de Tecnologia da Informação (TI) formaliza uma empresa no enquadramento MEI por meio do CNAE 8219-9/99 direcionado à atividade de Digitador(a) independente, única atividade voltada à área de TI permitida pelo Anexo XI disposto na legislação vigente. Observa-se na Tabela 1 que o CNAE 8219-9/99 direcionado à atividade de Digitador(a) independente é a sexta atividade econômica com maior número de formalizações, com 375.335 inscritos como MEI (12/2023).

Nos últimos anos, o tipo de MEI Espúrio tem crescido pelo motivo da terceirização de serviços realizado pelas empresas, o que a literatura conceitua de pejotização. O conceito de pejotização é alvo de muitas críticas direcionadas a erros de interpretações, dada a ambiguidade deixada pela normatização da Reforma Trabalhista advinda das alterações da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. Na temática da pejotização, demonstrando a fragilidade de interpretações, Porto e Vieira (2019) comentam que:

A exigência de que a empresa prestadora dirija os trabalhos inviabiliza, em termos lógicos, a utilização do contrato de prestação de serviços como instrumento formal para mascarar a relação de emprego, pois é da essência da “pejotização” que o trabalhador contratado preste serviços com pessoalidade e sob subordinação estrutural ou direta à contratante, a qual dirige o seu trabalho. Se a contratante mantém o controle administrativo e operacional da atividade objeto do contrato, há forte indício de fraude.

Santos (2019), no campo do Direito, apresenta um estudo aplicado aos empreendimentos de salão de beleza, no qual, analisa os efeitos trabalhistas e fiscais-tributários da pejotização, na transformação de empregados em pessoas jurídicas pela contratação de trabalhadores por meio da figura do MEI que, nas palavras da autora, são “consubstanciados na figura jurídica do trabalhador-parceiro”.

No estudo aplicado, Santos (2019) considera que “a transformação do trabalhador em pessoa jurídica é um expediente fraudulento utilizado para afastar as normas de proteção ao trabalho e eximir o empregador de sua responsabilidade trabalhista e dos encargos sociais decorrentes do vínculo empregatício”. Dessa forma, o contrato de trabalho por pejotização subtrai os direitos trabalhistas da mão de obra aplicada ao empreendimento (alienação da força de trabalho) “em proveito do dono do salão de beleza, que reúne essa mão de obra com os outros fatores de produção, para consecução dos objetivos da atividade empresarial” (Santos, 2019).

4.6 O Empreendedor por Conveniência

O tipo Empreendedor por Conveniência não apresenta uma unidade produtiva, comercial ou prestação de serviço. A conveniência está na busca por cobertura da Previdência Social por meio da formalização do MEI, de forma que há redução da alíquota e facilidade no recolhimento da contribuição previdenciária. Casimiro (2015) traz que o MEI se enquadra na modalidade de contribuinte individual e, ao MEI foi concedido um tratamento diferenciado na forma de custeio à Previdência Social decorrente dos benefícios a que tem direito. A Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011, normatiza que para os segurados com alíquota de 5% incidente sobre o salário de contribuição perdem o direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

Na literatura disponível sobre o tema e mesmo na legislação vigente, não se vê impedimento da formalização do MEI para fins unicamente previdenciários, indicando que os órgãos reguladores não interpretam como “conveniência” o fato da formalização ocorrer em fraude fiscal. No escopo do presente estudo, verifica-se a existência do tipo de Empreendedor por Conveniência nas formalizações do MEI por não haver a presença da ação empreendedora na estruturação de uma unidade produtiva, comercial ou prestação de serviço.

4.7 O Empreendedor Nativo

O Empreendedor Nativo surge do conceito teoricamente idealizado como um agente detentor das características do comportamento empreendedor discutidas desde os primórdios das temáticas sobre empreendedorismo. No início das discussões, surge como o indivíduo que possui, naturalmente, o “espírito empreendedor”, como um perturbador do equilíbrio econômico trazido nos estudos realizado por Schumpeter, no sentido de provocar rupturas por meio de inovações, ou mesmo, realizar de formas diferentes uma atividade habitual. Para Druker (1987), o espírito empreendedor é uma característica distinta de um indivíduo, ou, de uma instituição. Não é um traço de personalidade, e sim, um comportamento diferenciado, no qual, “o empreendedor está sempre em busca de mudança, reage a ela, e a explora como sendo uma oportunidade”.

O MEI classificado no grupo de Empreendedor Nativo apresenta um comportamento diferenciado no sentido de visão do negócio como investimento de uma ideia passível de realização e sucesso, de forma a empreender por oportunidade. Reconhece a importância da gestão estruturada com o planejamento prévio do negócio, buscando informações de mercado, relacionamento com outros empreendedores e possibilidades de mitigar riscos inerentes ao estabelecimento do negócio. Neste grupo, a formalização é vista como o início da construção

de um patrimônio pessoal, no qual, a ideia se torna uma realidade que exigirá trabalho intenso na gestão e operação das atividades, almejando, no futuro, retornos lucrativos de tal estrutura estabelecida.

4.8 O Empreendedor Inativo

O MEI classificado no grupo de Empreendedor Inativo vincula-se, muitas vezes, ao conceito de trabalhador por conta própria (autônomo), realizando atividades anteriormente executadas com vínculo empregatício, ou mesmo, na informalidade, sem a visão do negócio como um investimento, de forma a empreender, muitas vezes, por necessidade. Neste grupo, a relação trabalho/renda intrínseca à operação é o principal foco da estrutura estabelecida, de forma que não se verifica a integração das características do comportamento empreendedor necessárias na condução do negócio.

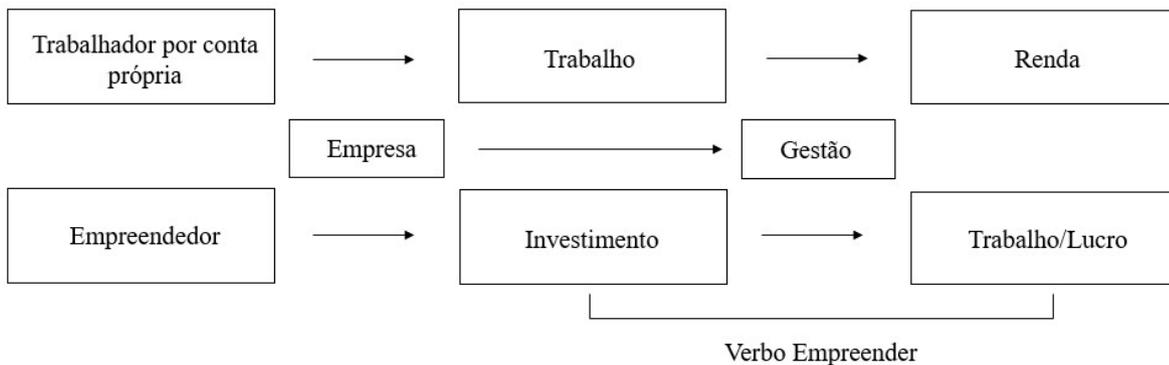


Figura 4: Relação Trabalho/Investimento.

A formalização do MEI no grupo Inativo não é vista como a construção de um patrimônio pessoal mas, sim, como uma alternativa às incertezas do mercado de trabalho, como uma forma paliativa sem o devido lastro de uma estrutura planejada/organizada. A figura 4 demonstra a diferenciação entre o Empreendedor Nativo e o Empreendedor Inativo no que concerne à visão de negócio, na relação entre trabalho/renda e investimento/retorno, a qual, a ação empreendedora será consolidada de maneira estruturada à vista do comportamento empreendedor, ou, fragmentada em arranjos condicionados à visão do trabalhador por conta própria.

Para o tipo de Empreendedor Inativo, foco deste estudo e aplicado ao papel do MEI na condução de um negócio, questiona-se quais direcionamentos devem ser tomados para estimular o desenvolvimento das características do comportamento empreendedor trazidas por McClelland (1972) por meio das práticas de planejamento e gestão, demonstrando a

importância da visão de investimento na estruturação e operação de negócios, ao contrário do sentido de Trabalhador por Conta Própria numa relação de Trabalho/Renda.

Quadro 5: Proposta de Tipologia de MEI.

Tipo de MEI observado	Descrição
O Empreendedor Nativo	Visão inovadora na criação de novos mercados. Realiza ideias e planeja o negócio antes da efetivação. A estrutura empresarial é baseada na busca por informação sobre o negócio e seu mercado.
O Empreendedor Inativo	Visão de um Trabalhador por conta própria sem a ação empreendedora. Caminha no limiar da informalidade, reproduzindo, muitas vezes, atividade antes realizada como funcionário corporativo, sem o devido conhecimento da gestão empresarial.
O Empreendedor por conveniência	Não há unidade produtiva, comercial ou prestação de serviços. Formaliza o MEI para recolhimento de Previdência Social na pessoa jurídica, incentivado pelas facilidades trazidas pelo regime especial do MEI.
O Empreendedor Espúrio	Utiliza-se do regime especial do MEI para obter benefícios fiscais, simplificar obrigações e sonegar impostos. A atividade econômica realizada difere da atividade formalizada, o que sugere um comportamento oportunístico.

4.9 Qualificando as características do MEI

Como apresentado, o Empreendedor Nativo é o foco de estudo das temáticas sobre empreendedorismo, no sentido de compreender suas ações diferenciadas na criação e operação de novos negócios, centrado na visão de investimento por meio da geração de valor de produtos/serviços inovadores, nas palavras de Schumpeter (1961) “na função de fazer novas coisas ou de fazer as coisas que já vinham sendo feitas de novas maneiras”.

A busca por compreender a diferenciação da ação do Empreendedor Nativo caminha pelo traço sinuoso do conceito de motivação humana (Capítulo 3), na qual, carregado de subjetividade, tem a tarefa de isolar atitudes, modos, procedimentos, hábitos, entre outras práticas intrínsecas à ação empreendedora observada em “uns e não em outros” e vinculadas à ideia de sucesso de um negócio (McClelland, 1972).

Em linha com a afirmação de McClelland (1972) que existe uma forma ideal que contempla, em plenitude, todas as CCE’s na gestão de pequenos negócios (Nativo), propõe-se uma linha entre pontos valorados de zero a dez, que possibilitará observar por meio da percepção/valoração do MEI a cada característica, se há o afastamento do ponto ideal (Nativo=10) na condução do negócio, sendo a base de quais características necessitam ser

aprimoradas e como internalizar tais características por meio da composição de um processo de capacitação, que seja adequado às necessidades do contexto vivenciado pelos gestores de pequenos negócios.

5 METODOLOGIA

O presente capítulo tem como objetivo delinear o caminho metodológico tomado na pesquisa, desde a concepção da etapa empírica até a análise de dados.

5.1 Pesquisa aplicada do tipo Survey

Na presente pesquisa, utilizou-se na coleta de dados primários o método survey por meio da administração de questionário, estruturado na ferramenta Google Forms e, aplicado de forma presencial, onde o próprio pesquisado respondeu as questões dispostas no questionário com uso de tablet. Em alguns casos, a pesquisa foi aplicada por meio do mesmo questionário, porém, impresso.

5.2 O instrumento de questionário

Na construção do questionário aplicado na pesquisa, teve-se como base a proposta de estudo sobre as características do comportamento empreendedor (CCE's) de David McClelland desenvolvido no livro “The Achieving Society” (1961) e replicado no artigo “N achievement and entrepreneurship: A longitudinal study” (1965). Conforme apresenta Vilas Boas (2015), o questionário base de McClelland tem sido extensamente utilizado em estudos e projetos sobre a temática do comportamento empreendedor, visto como validado e consolidado na literatura especializada. Como exemplos, a estrutura das CCE's de McClelland compõe a base do programa Empretec da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD, 2009) e, no Brasil, compõe a base do material didático sobre gestão e empreendedorismo do SEBRAE.

Com a finalidade de compreender na prática a formulação e gestão de pequenos negócios estabelecidos como MEI, utilizou-se uma versão reduzida do questionário validado na tese de doutorado de Vilas Boas (2015), de título “*O comportamento do empreendedor e suas influências no processo de criação e no desempenho da empresa*”. Do questionário original formulado por Vilas Boas (2015), fez-se a redução em número de perguntas e adaptação da linguagem expressa nas questões do questionário para o devido entendimento do conteúdo das perguntas ao público dirigido (vide apêndice).

Diferente da aplicação da pesquisa de Vila Boas (2015) estruturada como uma survey de acesso online aos respondentes, no presente estudo, a aplicação do questionário foi presencial com abordagem do Microempreendedor Individual em seu estabelecimento de trabalho. Das 26 perguntas inseridas no questionário de Vilas Boas (2015), foram selecionadas e adaptadas dez perguntas, das quais, cada pergunta está diretamente relacionada

a um dos tipos de características do comportamento empreendedor de McClelland (1972). Fez-se a redução das perguntas na estruturação do questionário para melhor se adequar à aplicação da pesquisa, com referência ao tempo disposto pelo pesquisado e o devido entendimento do exposto em cada questão. Para reforçar a importância da fase de elaboração do questionário, Costa Neto (2002) esclarece que na elaboração de questionário como ferramenta de pesquisa faz-se necessário evitar perguntas capciosas ou inibidoras, que possam vir a distorcer os resultados da análise.

Na disposição das perguntas inseridas no questionário, foram estruturadas cinco perguntas quantificadoras da amostra (características de segmentação) e treze perguntas qualificadoras, direcionadas às CCE's aplicadas na formulação e gestão do negócio. Ao responder as perguntas qualificadoras, o pesquisado teve a opção de escolha de 0 a 10 (Discordo totalmente/Concordo totalmente) conforme o entendimento/percepção da afirmação direcionada à trajetória empreendedora do pesquisado. O questionário totalizou dezoito perguntas e, é respondido, em média, em 8 minutos (vide Apêndice). Também, o início do questionário apresentou o termo de consentimento nos moldes exigidos pela Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA/USP), o local onde foi realizada a pesquisa e o aceite (Sim/Não) da participação do MEI pesquisado.

Na dinâmica do questionário, com vista ao objetivo proposto, teve-se que a questão 2, “Principal motivo de abertura do MEI”, é seletiva na continuidade da pesquisa, com três opções de escolha: a) Trabalhar por conta própria ou obter renda adicional; b) Investir em uma nova ideia de negócio; c) Benefícios fiscais e/ou previdenciários. Em casos em que o pesquisado escolher a opção “c) Benefícios fiscais e/ou previdenciários”, o questionário seguiu diretamente para o final, sem a coleta das demais respostas. Isto ocorreu pelo fato de se manter o foco da pesquisa no público que realiza a estruturação e/ou gestão de pequenos negócios (Nativo e/ou Inativo), diferentemente, do MEI formalizado que busca somente os benefícios tributários oferecidos pelo regime, aqui entendidos como Espúrio ou Por conveniência.

Quadro 6: Questões quantificadoras do questionário estruturado.

Questões quantificadoras	Características e segmentação
Pergunta 1	Tempo de abertura do MEI
Pergunta 2	Principal motivo de abertura do MEI
Pergunta 3	Setor de atuação
Pergunta 14	Gênero
Pergunta 15	Escolaridade
Pergunta 16	Autoavaliação

As perguntas qualificadoras inseridas no questionário traziam uma escala de 0 a 10, delineando os pontos extremos entendidos como tipos ideais de MEI, sendo o extremo no ponto 0 (zero) à figura do Empreendedor Inativo e, o oposto, no ponto 10 (dez), à figura do Empreendedor Nativo. No tópico de Análise de dados, teve-se o intuito de capturar onde os MEI's pesquisados pontuavam no resultado da pesquisa, dando o sentido de aproximação ou afastamento no contínuo das formas ideais (Nativo=10 e Inativo=0), assim como a tendência das características mais críticas na percepção dos pesquisados.

Quadro 7: Questões qualificadoras do questionário estruturado.

Questões qualificadoras	CCE's de McClelland
Pergunta 4	Busca por oportunidade e Iniciativa
Pergunta 5	Busca por informação
Pergunta 6	Independência e Autoconfiança
Pergunta 7	Planejamento e Monitoramento sistemáticos
Pergunta 8	Estabelecimento de metas
Pergunta 9	Persistência
Pergunta 10	Correr riscos calculados
Pergunta 11	Persuasão e Redes de Contato
Pergunta 12	Exigência de qualidade e Eficiência
Pergunta 13	Comprometimento
Pergunta 17	CCE mais presente na condução do negócio
Pergunta 18	CCE menos presente na condução do negócio

Após a elaboração do questionário e validação do conteúdo, foi realizada a fase de pré-teste da pesquisa, no período de 10/05/2023 ao 30/05/2023. Na fase de teste da aplicação do questionário, teve-se a participação de oito microempreendedores pesquisados, sendo três professores de ETEC que conduzem pequenos negócios em paralelo à docência e, cinco alunos do curso técnico em Administração com negócios ativos e estruturados como MEI, público-alvo da presente pesquisa.

Após aplicação da fase teste, verificou-se a necessidade de inserção de uma pergunta com o aceite na participação com as opções de “sim” ou “não” na resposta. Também, verificou-se que a questão dez trazia o conteúdo por meio de uma negação (“não me importo em assumir alguns riscos ao definir as iniciativas e metas do meu negócio”) o que gerou um ruído na fala e dificuldade de entendimento por parte do pesquisado em teste, de forma que se optou pela correção por meio da estrutura de uma afirmação direta (“assumo alguns riscos ao

definir as iniciativas e metas do meu plano”), sem a perda de sentido, com o devido direcionamento da pergunta às características do comportamento empreendedor.

Vale ressaltar que, na abordagem da aplicação da pesquisa, foi apresentado o cartão USP ao pesquisado e lido o termo de consentimento, explicitando o objetivo da pesquisa, os responsáveis pela condução da pesquisa e o direcionamento estritamente acadêmico do estudo, sem a ocorrência de qualquer tipo de exposição individual das respostas dadas pelo pesquisado, de forma que a análise dos resultados será realizada de forma consolidada sem o repasse das informações para fins terceiros. Também, na abordagem, foi informado que a pesquisa não coleta dados pessoais do tipo nome, CPF, CNPJ, telefone, e-mail e, em qualquer momento, o pesquisado poderia desistir da pesquisa no caso de se sentir desconfortável com o conteúdo questionado.

5.3 Localidade da pesquisa aplicada

A pesquisa foi aplicada na periferia da região sul de São Paulo, formando um quadrilátero entre o município do Taboão da Serra e os bairros do Campo Limpo, Capão Redondo e Jardim São Luiz.

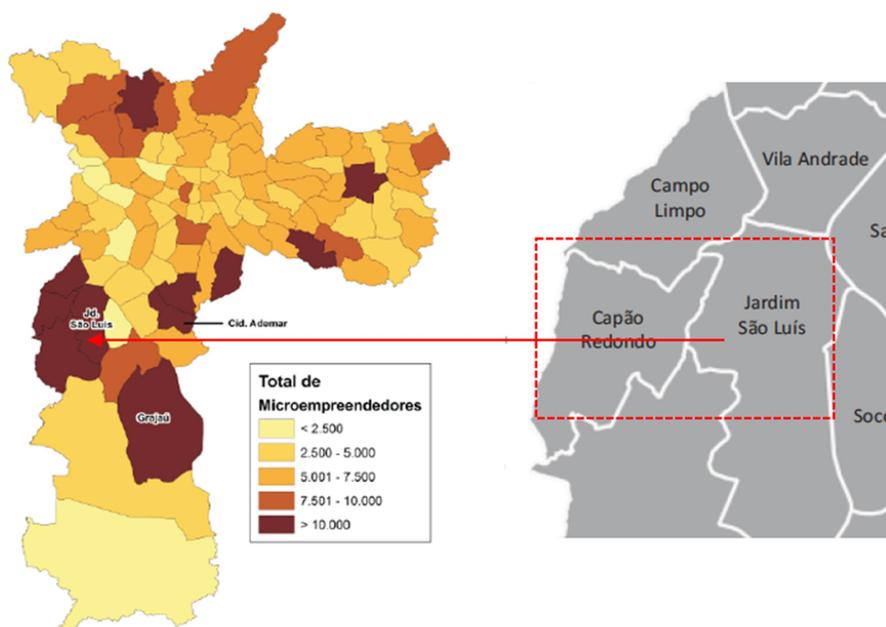


Figura 5: Mapa da distribuição dos microempreendedores individuais, em 2019.

Fonte: Adaptado de Informes Urbanos (PMSP, 2019).

O quadrilátero formado foi composto por diversos centros comerciais de pequenos estabelecimentos, em maioria nas vias principais, onde os proprietários foram abordados a participar da pesquisa. Para melhor caracterizar o recorte espacial da pesquisa aplicada, vê-se

na Figura 5, a distribuição dos MEI's por distritos/bairros do município de São Paulo, onde o recorte espacial da pesquisa possui mais de dez mil pequenos empreendimentos.

No recorte espacial da aplicação da pesquisa, encontram-se os bairros do Grajaú, Cidade Ademar e Jardim São Luís como líderes em número absoluto de optantes. Conforme relatório, uma das causas do grande número de optantes MEI na região se faz pela ocorrência dos microempreendedores registrarem o local de seus empreendimentos em seu endereço residencial, de maneira que, dos dez distritos que concentram o maior número absoluto de optantes MEI, oito deles estão entre os de maior população estimada (PMSP, 2019).

5.4 Forma de aplicação da pesquisa

Como mencionado anteriormente, o questionário foi estruturado com uso da ferramenta Google Forms com acesso direto por uso de um tablet conectado à internet, o que facilitou tanto a mobilidade na busca por possíveis estabelecimentos alvos da pesquisa, quanto o processo de finalização com o envio do questionário preenchido à base de dados. Também, foram impressos 180 questionários e inseridos em 60 envelopes com três unidades cada. Os envelopes foram entregues para 40 alunos voluntários dos 1º, 2º e 3º anos dos cursos técnicos em Administração e Logística da ETEC Carolina Carinhato Sampaio, localizada no Jardim São Luiz e da Extensão CEU Cantos do Amanhecer, localizada no Jardim Mitsutani, ambas na região sul de São Paulo, dentro do quadrilátero formado.

Para a devida compreensão do conteúdo da pesquisa, foi agendado um encontro em sala de aula com os 40 alunos voluntários e realizada a projeção do questionário, onde foi repassado, questão a questão, a forma como os alunos deveriam abordar e conduzir o preenchimento do questionário. Também, foi apresentada a postura de um pesquisador, no sentido de não induzir o pesquisado na escolha das respostas. Foi informado que qualquer rasura ou questão sem o devido preenchimento invalidará o questionário por completo e não será enviado à base de dados.

Das orientações sobre o preenchimento do questionário, apresentou-se que o questionário seguiria diretamente para o envio final em situações em que o pesquisado optar por: a) Não participar da pesquisa; b) Escolha da opção “Não possuo MEI” na questão 1, e c) Escolha da opção “Benefícios fiscais e/ou previdenciários”, na questão 2.

A coleta de dados em campo teve início em 18/07/2023 e, foi finalizada em 14/09/2023. Os questionários impressos foram lançados à base de dados e, o questionário encerrado em 22/09/2023.

5.5 Direcionamentos da amostragem

Como apresenta o relatório Informes Urbanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (2019), tem-se no recorte espacial mais de 10 mil pequenos negócios estabelecidos como MEI. A primeira estratégia de alcance a uma amostra representativa para um estudo estatístico, seria por meio do auxílio da base de dados interna do Sebrae, que argumentou não compartilhar os dados para estudos fora da instituição por questão legal, expressa na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). Dada esta restrição, optou-se pelo caminho de construção da amostra de forma não-probabilística.

Conforme comenta Costa Neto (2002), “os problemas de amostragem podem ser mais ou menos complexos e sutis, dependendo das populações e das variáveis que se deseja estudar” e, em pesquisas nas áreas social e econômica, a complexidade dos problemas de amostragem são ainda maiores, de forma a seguir pelo caminho da amostragem não-probabilística, pelo fato da inacessibilidade a toda população dentro do recorte espacial formado.

Costa Neto (2002) traz que quando não se tem acesso a toda população em estudo, segue-se por colher a amostra na parte da população que é acessível, no uso da distinção entre população-objeto e população amostrada. De forma conceitual, a população-objeto é aquela que se tem o intuito de realizar o trabalho estatístico. Já a população amostrada é aquela na qual somente parte da população está acessível e, dela, será retirada uma amostra. Neste caso, se as características da variável de interesse forem as mesmas na população-objeto e na população amostrada, tem-se a equivalência a uma amostragem probabilística (Costa Neto, 2002).

5.6 Tabulação dos dados

No processo de coleta de dados, foram abordados aproximadamente 189 estabelecimentos dentro do quadrilátero apresentado anteriormente na figura 5. Destes 189 estabelecimentos abordados, em 126 não foi possível aplicar a pesquisa, ou pelo motivo do proprietário não estar presente, ou pelo motivo do negócio ser estruturado fora do regime tributário MEI.

Para a análise de dados, teve-se 104 questionários totalmente respondidos. Foram descartados dez questionários por não estarem totalmente preenchidos e, oito estabelecimentos que se recusaram a responder a pesquisa, totalizando 86 respostas completas. Como demonstra o Gráfico 4, dos 86 questionários completos, treze responderam

a opção c) Benefícios fiscais e/ou previdenciários, opção que não faz parte do propósito da pesquisa, de forma que se tem o fechamento do questionário sem a coleta das demais perguntas. Para o encaminhamento da análise e discussão dos resultados da pesquisa, tem-se um total de 73 questionários completos, (n=73).

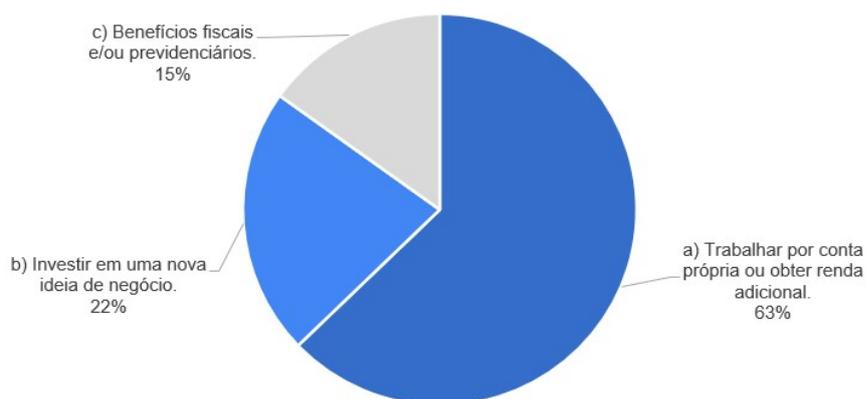


Gráfico 5: Questão 2 - Principal motivo de abertura do MEI.

6 RESULTADO E DISCUSSÃO

No presente tópico, serão apresentados e analisados os principais resultados da pesquisa. A apresentação está dividida em duas partes, primeiramente, a análise das questões quantificadoras como forma de contextualizar o perfil dos MEI's que participaram da pesquisa para, na sequência, apresentar os resultados das questões qualificadoras que serão direcionadas à análise dos desvios da forma ideal da conceptualização teórica das CCE's (Nativo).

6.1 Perfil dos respondentes

Quanto ao perfil dos pesquisados, quando analisado por gênero, vê-se um equilíbrio entre 48% de homens e 49% de mulheres na condução de pequenos negócios, demonstrando mudança à estatística global do IBGE trazida no capítulo 2, na qual, os homens são representados em maior número, com 53,3%, frente às mulheres com 46,7%.

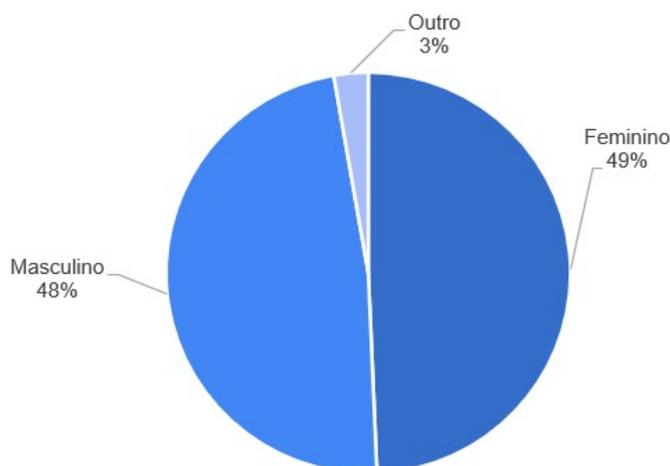


Gráfico 6: Questão 14 – Gênero.

Pode-se verificar no resultado da pesquisa a observação trazida pela organização Artemisia, em que, desde 2021, já apontava o aumento da participação de mulheres na condução de pequenos negócios nas periferias, motivadas, em sua maioria, pela responsabilidade de sustentar a própria família (Fundação Padre Anchieta, 2023). Também, a pesquisa traz que 3% dos pesquisados não se identificam com o sistema binário de gênero, informação não observada na estatística global do IBGE. Da representatividade fora do sistema binário, pode-se verificar a construção de novos negócios com potencial de nicho de mercado, direcionado a um público atento à forma como as empresas agem em suas ações internas e externas (ECBR, 2022).

Quanto ao tipo de negócio por setor de atuação, vê-se, no Gráfico 6, que mais da metade dos negócios, representando 55%, estão inseridos no setor de serviços, seguido de 41% dos negócios estabelecidos como comércios tradicionais de varejo. Da observação, vê-se que os negócios do setor de serviços, em maioria, estão atrelados ao setor de beleza, enquanto no setor de varejo, os negócios estão estabelecidos como revendas de roupas e acessórios.

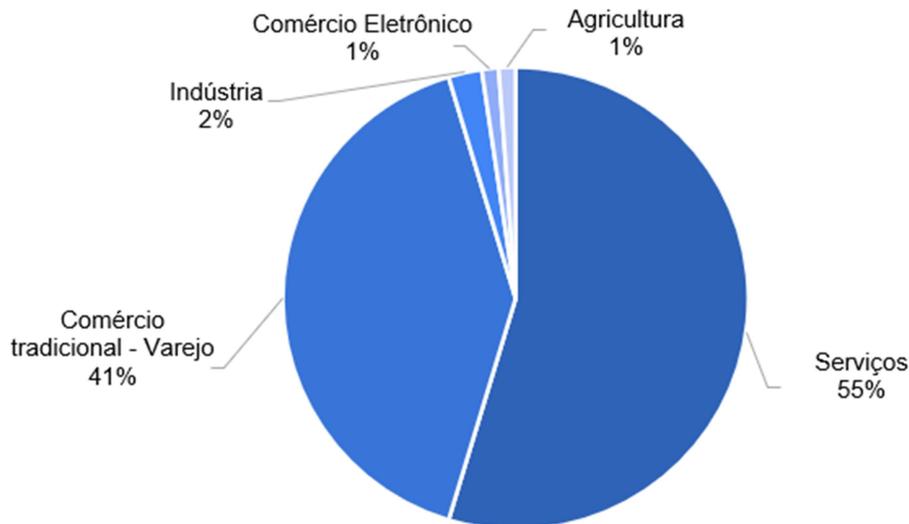


Gráfico 7: Questão 3 - Setor de atuação.

No cruzamento de dados de gênero com os setores de atuação, observa-se no gráfico 8, que não há disparidade da atuação entre homens e mulheres nos setores de serviços e varejo, as mulheres são uma pequena maioria em serviços e, os homens uma pequena maioria no setor de varejo. Outros tipos de gênero concentram-se no setor de serviços, principalmente, em negócios de salão de beleza.

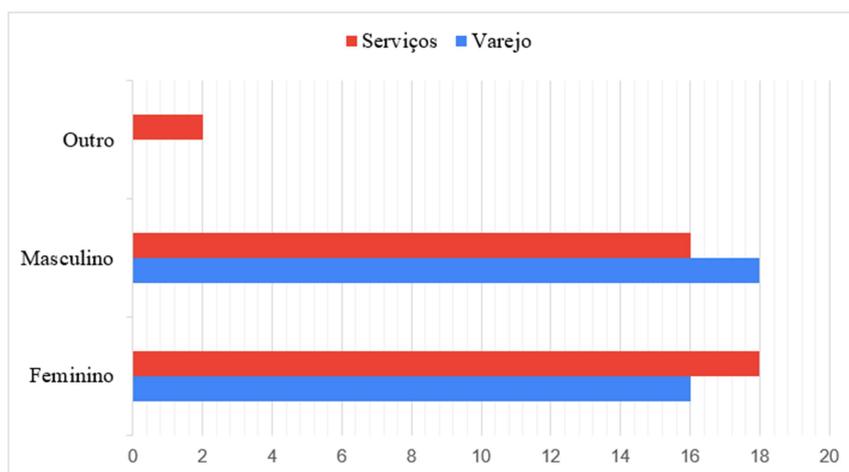


Gráfico 8: Representatividade de gênero *versus* setor de atuação.

Quanto ao nível de escolaridade dos pesquisados, observa-se, no Gráfico 9, que 47% dos pesquisados estão em nível do ensino superior, seja na graduação (44%), seja na pós-graduação (3%). Também, vê-se que 53% dos respondentes estão em níveis abaixo da graduação, com 19% no ensino fundamental e 34% no ensino médio ou técnico. Níveis baixos de escolaridade podem comprometer o desenvolvimento das CCE's, tornando-os mais suscetíveis às adversidades, no sentido da falta de habilidades necessárias na gestão dos negócios, como também, na dificuldade de leitura do cenário institucional, no qual, o empreendedor precisará de diferentes competências para manter seu investimento seguro, internalizando na gestão momentos de expansão e momentos de crise, que demandarão ajustes muitas vezes inevitáveis à continuidade da operação do negócio.

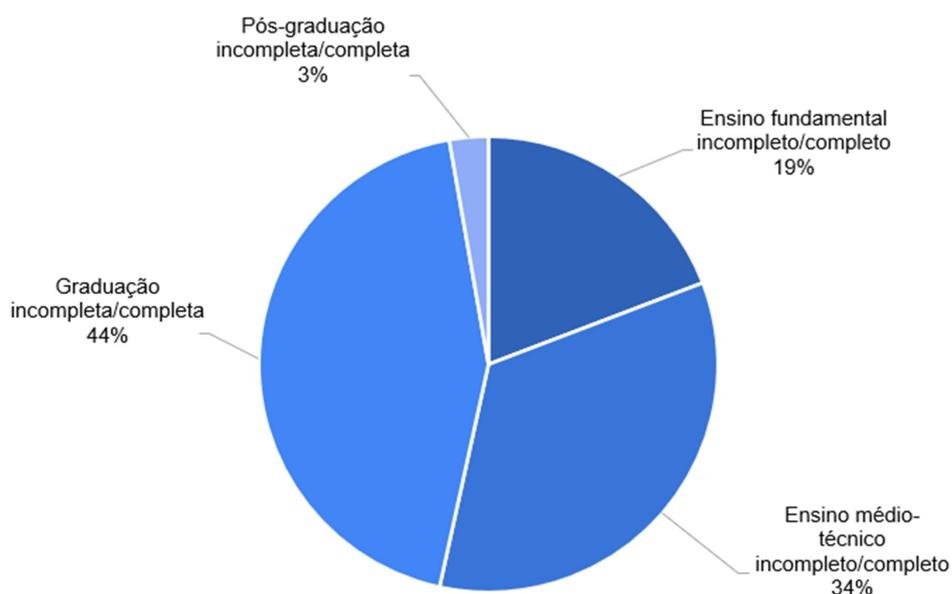


Gráfico 9: Questão 15 – Grau de escolaridade.

6.2 Perfil dos respondentes – Análise qualitativa

Apresentado o perfil da amostra, dá-se sequência à análise qualitativa da percepção dos MEI's pesquisados quanto à estruturação e gestão do negócio. Primeiramente, apresenta-se a estatística descritiva das questões qualificadoras intrínsecas às características do comportamento empreendedor. O resultado da estatística descritiva demonstra um primeiro direcionamento do estudo quanto às dificuldades dos MEI's na condução do negócio. Vale ressaltar que, idealizado teoricamente, o empreendedor Nativo tem avaliação 10 em todas as características, pois internaliza o comportamento empreendedor em suas ações e atitudes, pois

foi dessa afirmação que McClelland (1972) extraiu a composição da base conceitual das características do comportamento empreendedor.

Uma avaliação detalhada das respostas indicou que nenhum respondente atribuiu dez ou zero para todas as assertivas, o que reforça a tese de que tanto o empreendedor totalmente nativo quanto o totalmente inativo são tipos ideais, dos quais os indivíduos se aproximam mais ou menos globalmente, e também, em cada CCE de maneira isolada. A avaliação de cada assertiva, de forma isolada, permite identificar quais CCE's se mostram mais ou menos desenvolvidas pelos MEI's pesquisados.

Em primeira análise, o que se pode verificar, no agregado das respostas, é que todas as médias são relativamente elevadas, o que indicaria um viés de “supervalorização” das CCE's entre toda a amostra. Isto é esperado, visto que os indivíduos tendem a naturalmente valorizar suas qualidades. Assim, a avaliação se dará de maneira relativa, isto é, comparando-se valores maiores e menores, independente da magnitude em si.

Tabela 3: Estatística descritiva da amostra – CCE's.

Questões quantificadoras – CCE's	(N)	Mínimo	Máximo	Média	DP
4. Busca por oportunidade e iniciativa	73	2	10	8,59	1,63
5. Busca por informação	73	1	10	7,96	2,00
6. Independência e Autoconfiança	73	2	10	8,55	1,87
7. Planejamento e Monitoramento	73	0	10	7,62	2,50
8. Estabelecimento de metas	73	1	10	8,03	2,10
9. Persistência	73	0	10	7,23	2,85
10. Correr riscos calculados	73	1	10	8,19	2,00
11. Persuasão e Rede de contatos	73	1	10	8,30	2,25
12. Exigência de qualidade e Eficiência	73	1	10	8,93	1,75
13. Comprometimento	73	0	10	7,74	3,34

Observa-se que, no agregado, as CCE's Persistência, Comprometimento e Planejamento/Monitoramento possuem menores médias, ou seja, são as características menos desenvolvidas na amostra como um todo. Pode-se observar, também, que são as únicas CCE's com a avaliação mínima igual a zero. Além disso, é importante mencionar que estas CCE'S têm a maior dispersão entre os respondentes, o que indica uma heterogeneidade na amostra, ou seja, a presença tanto de indivíduos com CCE's bem desenvolvidas quanto daqueles que as carecem.

Para a continuidade da análise descritiva dos resultados obtidos na pesquisa aplicada, faz-se necessário observar os dados dentro de um contexto conduzido por uma dinâmica de mercado concorrencial e regulado por um ambiente institucional carregado de incertezas

políticas e econômicas. Considerar o contexto na análise é observar, de um lado, a importância dos pequenos negócios na economia brasileira (emprego e renda) e, de outro, as dificuldades das empresas formalizadas como MEI de se manterem ativas no mercado.

O relatório técnico do Sebrae sobre a conjuntura do MEI (2023) traz em estudo que as empresas MEI possuem a menor taxa de sobrevivência do mercado, calculada em 57,7%, ou seja, no período entre 2017-2022, a estatística do Sebrae mostra que 42,3% das empresas formalizadas não lograram e tiveram que “fechar as portas”.

No entendimento das dificuldades dos empreendedores de pequenos negócios, serão consideradas as características com maior dispersão nos resultados obtidos, na tratativa de pontuar possíveis causas do distanciamento entre o empreendedor nativo e o empreendedor inativo, considerando que nas avaliações de zero a sete em alguma das questões o empreendedor está numa situação que necessita internalizar habilidades e competências na condução do negócio, buscando se aproximar da forma ideal, expressa na figura do empreendedor nativo.

6.3 Resultado das CCE's mais presentes na condução do negócio

O Gráfico 10 apresenta que, na percepção dos pesquisados, as características Persistência (32%), Exigência de qualidade e eficiência (21%) e Comprometimento (15%) são as CCE's mais presentes na condução de pequenos negócios, totalizando 67% das respostas.

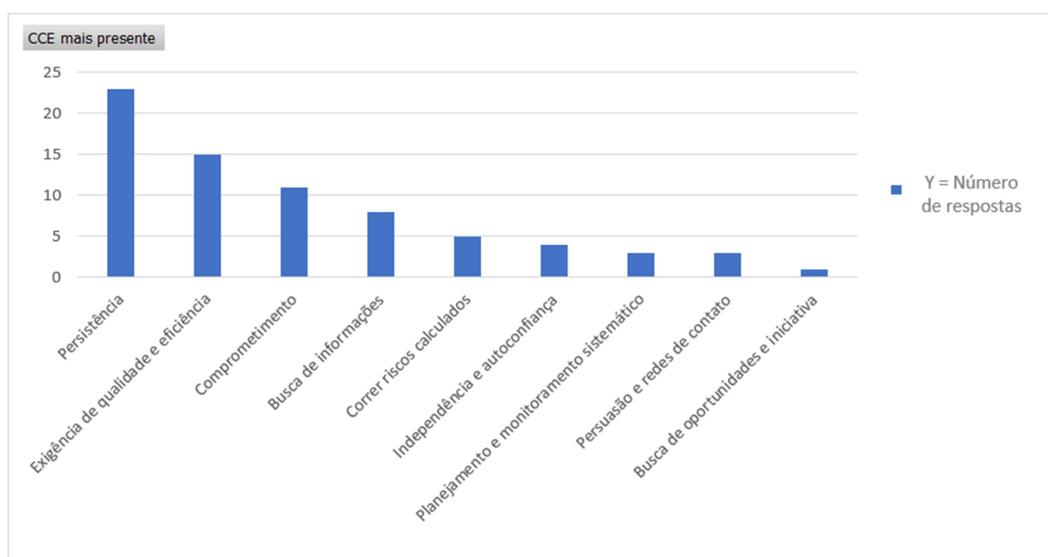


Gráfico 10: Questão 17 - CCE mais presente na condução do negócio.

A Persistência é a característica com maior frequência na CCE mais presente na condução do negócio, por outro lado, obteve a menor média entre as CCE's avaliadas, com média igual a 7,23; efeito de conter o maior número de avaliações menor ou igual a 6,

demonstrando na percepção do pesquisado que é uma característica importante na condução de pequenos negócios, porém necessita uma atenção especial, buscando formas de compreender as habilidades exigidas na internalização da CCE Persistência como, por exemplo, pensar o negócio como um investimento de médio e longo prazos, minimizando a esperança de retornos no curto prazo.

Observa-se que a característica “Persistência” está diretamente ligada à realidade dos pequenos negócios, dada as incertezas de mercado e instabilidades do ambiente institucional. Também, pode-se observar que os pesquisados persistem pela falta de interesse em retornar ao mercado trabalho tradicional (CLT), o que o faz conduzir o negócio mesmo sem o retorno esperado.

Outra forma de compreender a característica Persistência como a mais escolhida nas respostas, tem-se à Persistência no sentido de perseverança, como esclarece Barletta (2018) “perseverar vem de acreditar e, quando se persevera em algo é porque se acredita, se tem fé”. Na condução de um negócio, faz-se necessário dar continuidade às ações empreendidas, mantendo um propósito apesar das dificuldades e seguir em frente, nas palavras de Barletta (2018), “mas com os olhos atentos ao que precisa ser adaptado ao longo do caminho para que esse objetivo se realize, de forma a corrigir falhas que possam levar ao fracasso, buscando melhorias no decorrer do caminho para que o sucesso seja conquistado de modo satisfatório”.

Na segunda e terceira posições das características mais presentes na condução do negócio estão as características “Exigência de qualidade e eficiência” e “Comprometimento”, vistas como complementares à primeira mais escolhida e essenciais na continuidade das ações empreendedoras.

A característica “Exigência de qualidade e eficiência”, segunda mais presente e com a média mais alta entre todas as CCE’s, igual a 8,93; está diretamente ligada à operação de pequenos negócios e percebida como importante devido à alta competição de estabelecimentos ofertando o mesmo tipo de comércio ou serviço, contando ainda com o poder de alcance de grandes redes de varejo, o que exige do pequeno empreendedor buscar diferenciação por meio da entrega de algo mais aos clientes, na esperança de que os clientes não considerem somente o preço como fator de decisão de compra.

A característica “Comprometimento” foi a terceira com maior frequência na CCE mais presente e, a segunda menor média das avaliações, igual a 7,74. Está presente na condução pela necessidade de controlar diferentes tipos de atividades do negócio, visto que, em muitos casos, o empreendedor trabalha sem uma equipe de colaboradores para auxiliá-lo nas diversas tarefas de gestão e operação. Pode-se verificar que o resultado das CCE’s mais presentes na

gestão do negócio mostram que mesmo necessitando de melhoria, exposta na média das avaliações, as características Perseverança, Exigência de qualidade e Comprometimento formam o tripé que sustenta o dia a dia do negócio pelo prisma da Realização (Quadro 4), na esperança de êxito, pois é a realização que alimenta o desejo de continuidade do negócio, mesmo com todas as adversidades encontradas no caminho.

6.4 Resultado das CCE's menos presentes na condução do negócio

No foco da pesquisa aplicada, a questão 18 traz o direcionamento das características menos presente na condução do negócio, exposto no Gráfico 11. Tem-se que 79% dos pesquisados escolheram entre quatro CCE's, “Correr riscos calculados” (34%), “Persuasão e Redes de contatos” (19%), “Planejamento e Monitoramento sistemáticos” (18%) e “Estabelecimento de metas” (8%).

O resultado da questão 18 mostra as principais dificuldades percebidas pelos empreendedores de pequenos negócios e, observa-se que as CCE's escolhidas estão diretamente vinculadas a aspectos de gestão, diferentemente da questão 17, CCE's mais presentes vinculadas a aspectos de Realização. Vale ressaltar que a característica “Comprometimento” não teve frequência na CCE menos presente no negócio e, “Persistência e “Exigência de qualidade”, com maior frequência na questão da mais presente, estão entre as CCE's com menor frequência de escolha na menos presente na condução do negócio.

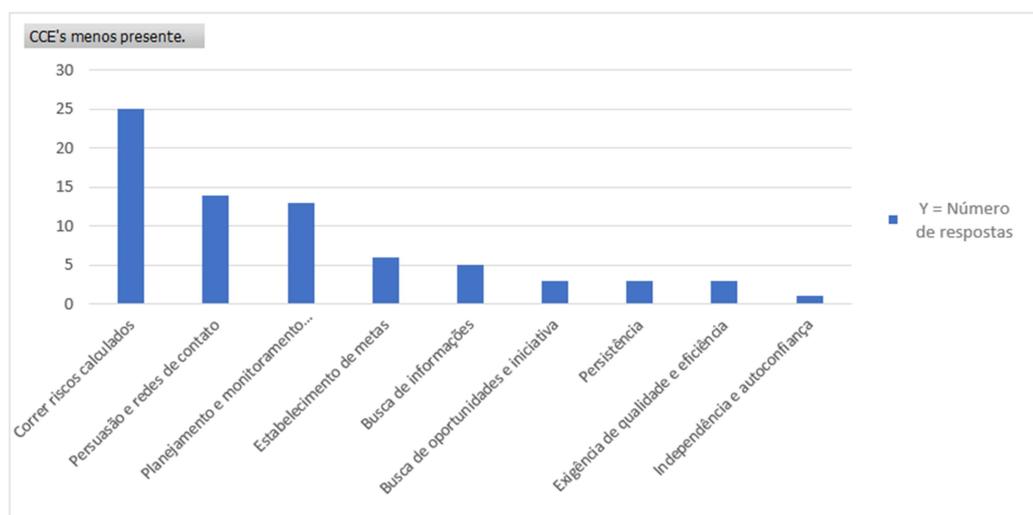


Gráfico 11: Questão 18 - CCE menos presente na condução do negócio.

Para fins de comparação, em outro estudo de janeiro de 2023, o Sebrae apontou quatro adversidades como as principais causas da baixa taxa de sobrevivências das empresas MEI, expressas em: Pouco preparo pessoal, planejamento do negócio deficiente, gestão do negócio deficiente, problemas no ambiente como, por exemplo, o período de pandemia (Sebrae, 2023).

Pode-se observar das causas apontadas pelo Sebrae uma aproximação do resultado das CCE's menos presentes escolhidas pelos MEI's pesquisados: Correr riscos calculados, Persuasão e Rede de Contatos, Planejamento e Monitoramento sistemáticos e Estabelecimento de metas, o que remete à discussão, a buscar o devido entendimento de suas ocorrências.

6.5 CCE – Correr riscos calculados

No questionário da pesquisa aplicada, a questão 10 está vinculada à característica Correr riscos calculados, expressa em “Na gestão do negócio, assumo alguns riscos ao definir as iniciativas e metas do meu plano, pois isso me permite aproveitar novas oportunidades”. Na análise dos resultados da questão 10, a característica “Correr riscos calculados” obteve a maior frequência como a CCE menos presente no negócio, de forma que, na percepção de 34% dos pesquisados existe a necessidade de desenvolver habilidades inerentes ao entendimento dos riscos que envolvem a tomada de decisão. Já na análise descritiva, a CCE “Correr riscos calculados” apresenta o valor da média igual a 8,19; valor acima do recorte realizado como de afastamento do empreendedor Nativo (menor ou igual a 7).

Tem-se que qualquer negócio, por si só, é um risco e, na condução de pequenos negócios, os riscos são ainda mais latentes, dada a ocorrência de vários fatores adversos internos e externos à empresa, muitas vezes não controláveis pelos gestores, como por exemplo, riscos de mercado, de concorrência, de tecnologia, de legislação, entre outros (Sebrae, 2023).

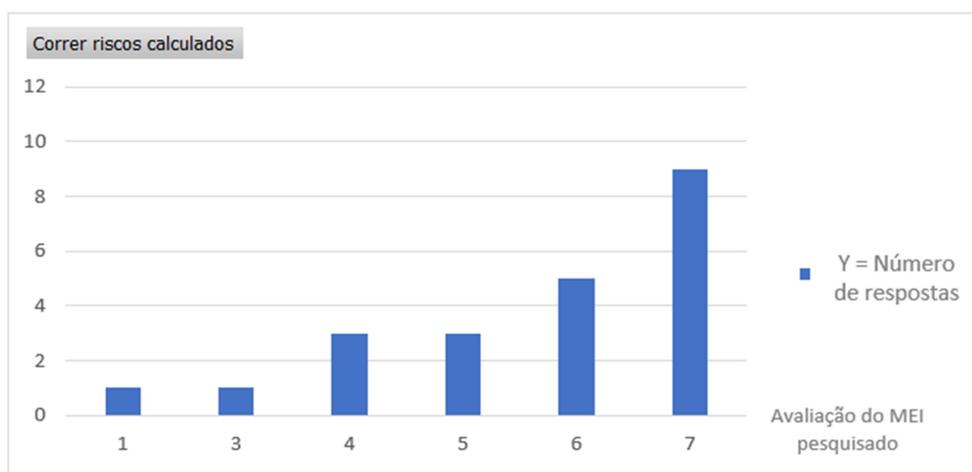


Gráfico 12: Questão 10 – Correr riscos calculados.

O sentido da característica de Correr riscos calculados, permeia o entendimento de que “toda ação tem uma reação”, de forma que se deve considerar que no ato de toda ação, a reação pode ter consequências positiva ou negativa. A literatura traz que o empreendedor,

aqui na figura do Nativo, coloca-se sempre em situações desafiantes, seja na busca de novos espaços, seja de novos produtos/serviços, o que aumenta ainda mais a probabilidade de ocorrência do inesperado acontecer. O “calculado” se refere em mapear o inesperado, ter em mente que se a reação for negativa necessitará prontamente de outra ação, já mapeada antes.

Das adversidades internas ao negócio, a principal ocorrência de risco observada na gestão de pequenos negócios se encontra na falta de controle entre as finanças da empresa e as finanças pessoais. Essa separação é fundamental à saúde financeira da empresa, pois o descontrole das finanças se transforma num obstáculo à boa gestão, uma vez que a visão do trabalhador por conta própria pressiona o fluxo financeiro da empresa, na crença que o negócio tem a obrigação de remunerar o trabalho realizado, deixando as obrigações da empresa em segundo plano. Esse caminho cria a “bola de neve”, na qual, tem-se a impressão de que a empresa não é viável.

6.6 CCE – Persuasão e Redes de contatos

No questionário da pesquisa aplicada, a questão 11 está vinculada à característica Persuasão e Rede de contatos, expressa em “Estou sempre em contato com pessoas que acredito serem importantes na condução do meu negócio e, costumo expor minhas ideias à prova para ter certeza de que estou no caminho certo.”. Na análise dos resultados da questão 11, a característica “Persuasão e Rede de contatos” obteve a segunda maior frequência como a CCE menos presente no negócio, de forma que, na percepção de 19% dos pesquisados existe a necessidade de encontrar/expandir novas formas de apoio e relacionamento com clientes e fornecedores. Já na análise descritiva, a CCE “Persuasão e Rede de contatos” apresenta média igual a 8,30; valor acima do recorte realizado como de afastamento do empreendedor Nativo (menor ou igual a 7).

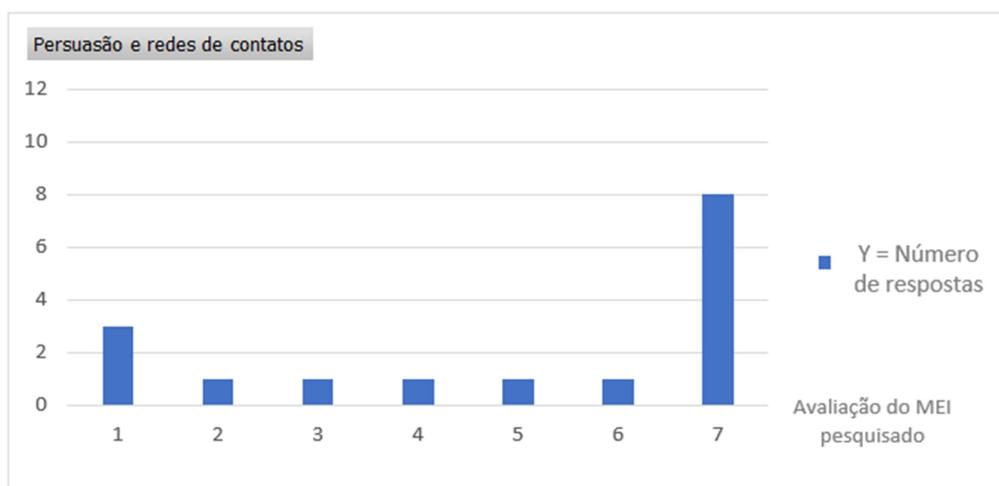


Gráfico 13: Questão 11 – Persuasão e Rede de Contatos.

A característica “Persuasão e Rede de contato” foi categorizada pelo *prima* de Poder nos estudos de McClelland (1972), dando sentido de “poder de negociação” e “poder de influência”. É a CCE que estabelece o caminho de alianças estratégicas e cria laços de confiança nas relações comerciais. No diagrama disposto no material didático do Sebrae (Figura 3), a CCE Persuasão e Rede de Contatos compõe a base da pirâmide das CCE’s, o que mostra sua importância na construção do negócio que demandará uma rede entrelaçada de interações objetivas e subjetivas (mitos/crenças), conotando que “ninguém faz nada sozinho” e, é preciso tecer vínculos muito além das transações tradicionais de mercado, identificando os parceiros-chave na condução do negócio.

Como demonstrado no resultado da pesquisa, tem-se que 19% dos pesquisados apresentam dificuldades ou o sentimento que deveriam melhorar a forma como se relacionam com seus clientes e fornecedores e, pontuam nas avaliações que necessitam criar novos canais de contato e de vendas para não depender apenas do círculo de pessoas já conhecidas ou de possíveis clientes que passam em frente à loja física.

Na construção do relacionamento com clientes e fornecedores, atualmente, as redes sociais são grandes aliadas dos pequenos negócios pelo fato do alcance coberto pela interação dos usuários com temas de interesse. Também, pelo baixo custo exigido na criação e manutenção de perfis empresariais, onde não é necessário um profissional de tecnologia para realizar uma boa página do negócio para expor e ofertar produtos e serviços.

6.7 CCE – Planejamento e Monitoramento sistemáticos

No questionário da pesquisa aplicada, a questão 7 está vinculada à característica Planejamento e Monitoramento sistemáticos, expressa em “Na estrutura do negócio, criei um primeiro planejamento comercializável do produto/serviço, para ter o controle e monitorar a situação do meu negócio”.

Na análise dos resultados da questão 7, a característica “Planejamento e Monitoramento sistemáticos” obteve a terceira maior frequência como a CCE menos presente no negócio, de forma que, na percepção de 18% dos pesquisados existe a necessidade de elaborar um plano estratégico à tomada de decisão e criar processos de comando e controle na gestão do negócio. Já na análise descritiva, a CCE “Planejamento e Monitoramento sistemáticos” apresenta a segunda menor média igual a 7,62; valor dentro do recorte realizado como de afastamento do empreendedor Nativo (menor ou igual a 7).

Também, observa-se que a característica “Planejamento e Monitoramento sistemáticos” é a CCE com maior frequência de avaliações entre 0 e 7 (Gráfico 14), de modo que 40% dos pesquisados demonstraram ter dificuldades na condução do negócio pela falta de um bom planejamento e em pensar formas assertivas de monitorar o dia a dia das rotinas intrínsecas ao negócio.

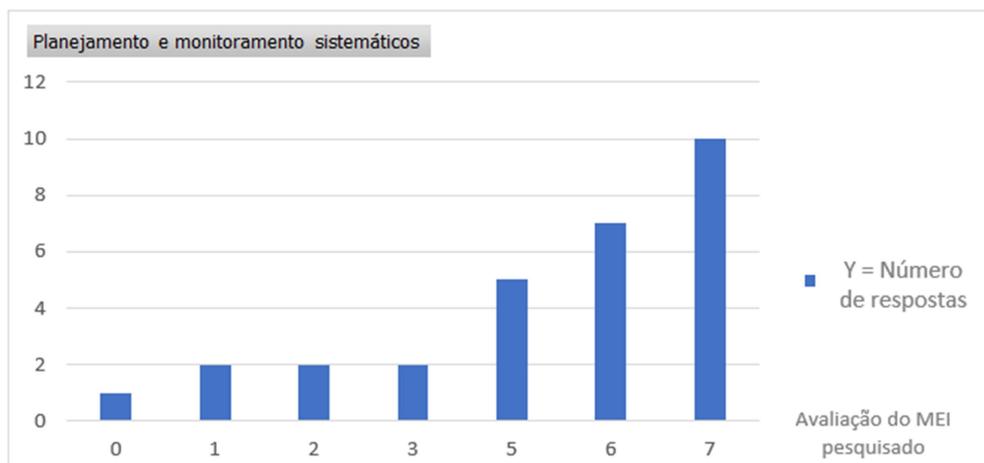


Gráfico 14: Questão 7 – Planejamento e Monitoramento sistemáticos.

A literatura sobre a temática do Empreendedorismo traz que é na CCE Planejamento e Monitoramento sistemáticos o início do afastamento entre o empreendedor Nativo e o Inativo, pois é o planejamento que guia os caminhos pelos quais o negócio trilhará, dando o suporte necessário, passo a passo, da tomada de decisão, seja uma ação pontual, estrutural ou estratégica, como por exemplo, a oferta de um novo produto ao portfólio da empresa, ou mesmo a inserção de um novo serviço aos já prestados.

O monitoramento é o checklist de cada passo dado na ação do plano, gerando informações que demandarão uma análise criteriosa dos efeitos da ação tomada, de forma a decidir se deverá continuar pelo caminho trilhado ou, declinar da ação tomada e procurar novos caminhos para que se tenha êxito. Da CCE Planejamento e Monitoramento sistemáticos surge, também, o entendimento da diferenciação entre empreendedor e “trabalhador por conta própria”, pois a condução do negócio exige mais do que a relação linear de “trabalha-ganha”, requer do gestor múltiplas variáveis de comando e controle e habilidade gerencial do rumo de cada variável e, ainda mais importante, a interação das variáveis entre si. Por exemplo, do controle da variável “vendas” e da variável “estoque”, surge a relação “vendas versus estoque”, chamado de estoque de segurança, um índice necessário para não ter quebra dos principais produtos vendidos. Internalizar a boa gestão ao negócio faz com que o gestor/empreendedor deixe de “apagar os incêndios” do dia a dia e passe a ter o controle da

situação, gerenciando informações na tomada de decisão, de forma estruturada e no momento adequado.

6.8 CCE – Estabelecimento de metas

No questionário da pesquisa aplicada, a questão 8 está vinculada à característica Estabelecimento de metas, expressa em “Na estrutura do negócio, estabeleci metas objetivas visando a estabilidade e crescimento do meu negócio”.

Na análise dos resultados da questão 8, a característica “Estabelecimento de metas” obteve a quarta maior frequência como a CCE menos presente no negócio, de forma que, na percepção de 8% dos pesquisados há a necessidade de melhoria na elaboração de boas metas para guiar os caminhos da estabilidade e crescimento do negócio. Já na análise descritiva, a CCE “Planejamento e Monitoramento sistemáticos” apresenta média igual a 8,03; valor acima do recorte realizado como de afastamento do empreendedor Nativo (menor ou igual a 7).

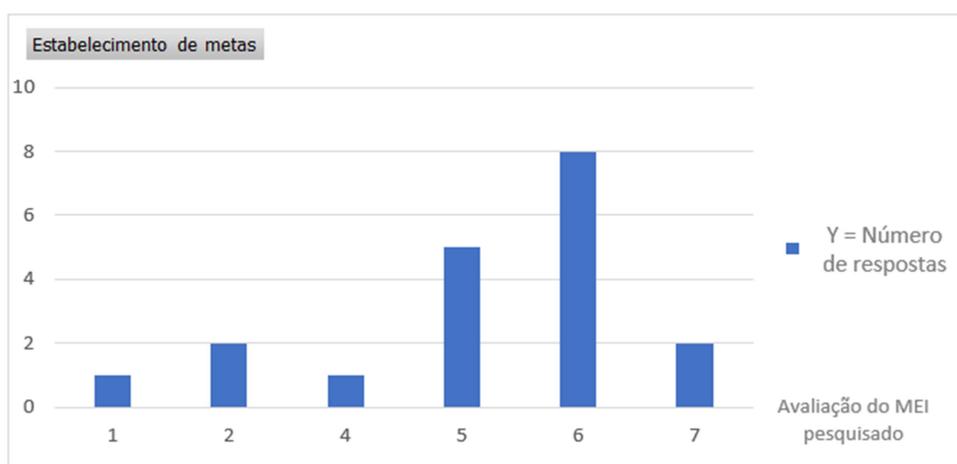


Gráfico 15: Questão 8 – Planejamento e Monitoramento sistemáticos.

A CCE Estabelecimento de metas é complementar ao planejamento empresarial e conduz aos passos futuros do negócio, sinalizando onde a empresa quer chegar no médio e longo prazos. Para isso, faz-se necessário uma trilha de apontamentos e ações objetivas para se atingir, monitoradas pela comparação do resultado estimado *versus* realizado (onde gostaria de chegar *versus* onde chegou). O Estabelecimento de metas é o componente estratégico da empresa, que guiará a proposta de valor estruturada no plano, como exemplo, pela diferenciação centrada na oferta de um novo produto customizado para um público específico.

A internalização da CCE Estabelecimento de metas está diretamente vinculada à primeira característica com maior frequência na CCE menos presente na condução do

negócio, Correr riscos calculados, pois para mitigar riscos é preciso ter ciência de onde se quer chegar e quais serão os passos dados na trajetória do caminho estabelecido. O monitoramento dos resultados dará suporte na condução de continuidade do planejado/estabelecido ou de declínio da ação tomada, caso não se confirme os resultados esperados.

6.9 Dedicção exclusiva ao negócio MEI

Após a apresentação e análise dos dados das características *mais* presentes na condução do negócio (Persistência, Exigência de qualidade/eficiência e Comprometimento) e das características *menos* presentes na condução do negócio (Correr riscos calculados, Persuasão e Redes de contatos, Planejamento/Monitoramento sistemáticos e Estabelecimento de metas), segue-se pela análise da percepção direta dos MEI's pesquisados quanto à dedicação exclusiva ao negócio e da autoavaliação na trajetória empreendedora.

No questionário da pesquisa aplicada, a questão 13, expressa em “Atualmente, dedico-me exclusivamente ao meu negócio e não desenvolvo outras atividades econômicas em paralelo”, traz que 71% dos MEI's pesquisados optaram pela avaliação entre 8 e 10, demonstrando que se dedicam exclusivamente à condução do negócio e não desenvolvem outra atividade em paralelo (Gráfico 16). O resultado da Dedicção exclusiva corrobora com o resultado das três CCE's *mais* presentes na condução do negócio: Persistência, Exigência de qualidade/eficiência e Comprometimento, inseridas por McClelland (1972) na categoria da Realização, e mostra que para ter êxito nos negócios, faz-se necessário que o proprietário esteja sempre presente no dia a dia da operação e gestão do negócio.

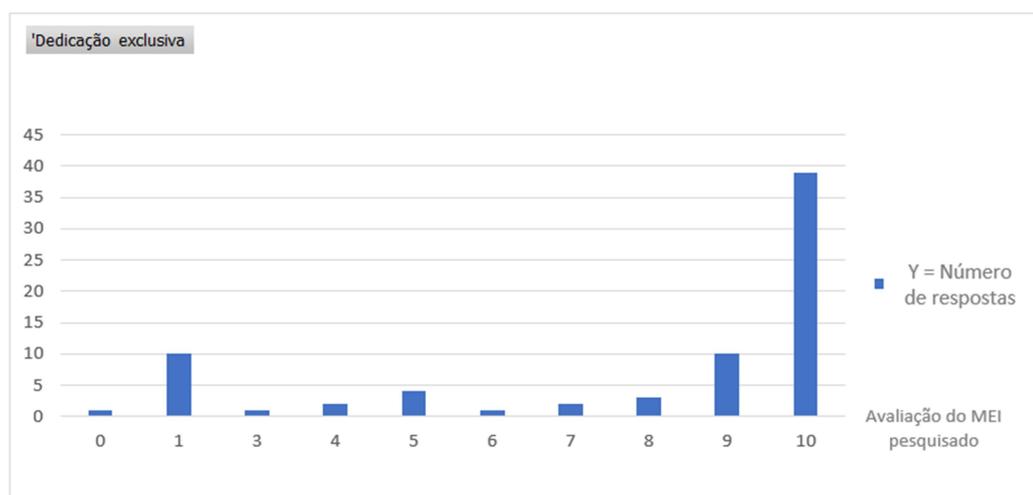


Gráfico 16: Questão 13 – Dedicção exclusiva ao negócio.

Outra forma de leitura dos resultados da questão 13, é visto no último levantamento do perfil do MEI realizado pelo Data Sebrae (2023), no que tange à questão acerca do que levou o pesquisado a se tornar um empreendedor. Na resposta, “os microempreendedores individuais citaram a vontade de ser independente, não ter um chefe e a necessidade de uma fonte de renda”. Também, uma vez decidido trilhar pela condução de um negócio próprio, em muitos casos, torna-se a única fonte de renda do MEI, fazendo com que a dedicação exclusiva não seja mais uma opção e, sim, uma busca pelo sucesso do negócio.

6.10 Fechamento da análise de dados – Autoavaliação do MEI

No questionário da pesquisa aplicada, a questão 16 faz referência à Autoavaliação do MEI, expressa em “Que nota você se dá em sua trajetória empreendedora?”

Tem-se como resultado da questão 16 que 63% dos MEI’s pesquisados se autoavaliaram com notas entre 8 e 10, demonstrando uma percepção positiva na trajetória empreendedora mesmo com todas as dificuldades encontradas no caminho. Já para 37% dos MEI’s pesquisados se autoavaliaram com notas entre 5 e 7, demonstrando que é preciso melhorias na condução do negócio. Também, verifica-se que não há autoavaliação com notas abaixo de 5.

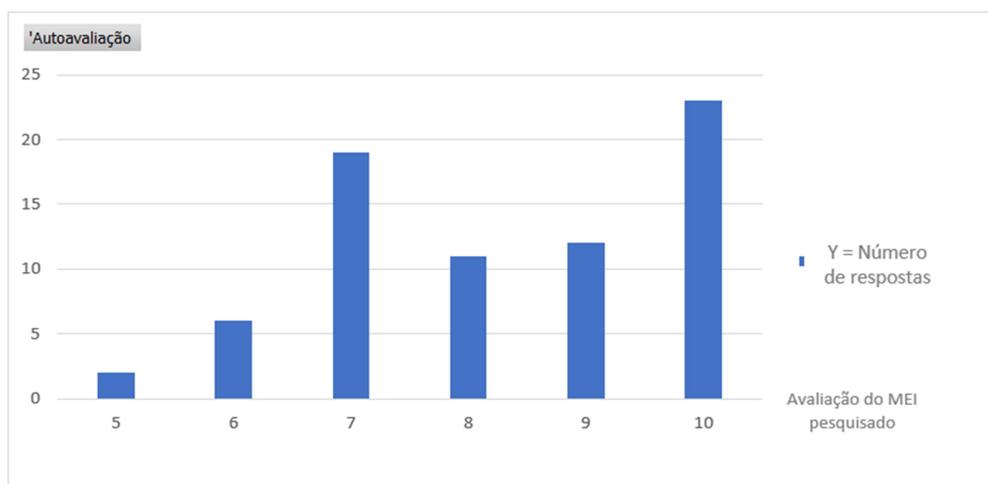


Gráfico 17: Questão 16 – Autoavaliação da ação empreendedora.

As principais dificuldades do MEI ao trilhar pelo caminho empreendedor são observadas nas características inseridas por McClelland (1972) nas categorias de Planejamento e Poder. Observação compreendida na percepção dos MEI’s pesquisados que se autoavaliaram no intervalo entre as notas 5 e 7, de modo que 60% desse intervalo, optaram pelas características Persuasão e Redes de contatos, e Planejamento e Monitoramento sistemático na questão da CCE menos presente na condução do negócio.

7 CONCLUSÃO

No escopo do estudo, teve-se a composição do embasamento teórico, legal e mercadológico de constituição da figura do microempreendedor individual como uma especificidade criada no contexto brasileiro, com a proposta de pesquisa para compreender se, na prática, o MEI pode ser caracterizado no rol dos conceitos trazidos pela literatura sobre as bases do Empreendedorismo, em particular, pela vertente da psicologia, na qual, o indivíduo é peça-chave na ocorrência dos fenômenos políticos, econômicos e sociais.

No contexto apresentado, a presente tese teve como objetivo investigar a ação empreendedora do Microempreendedor Individual dentro do conceitual teórico das características do comportamento empreendedor de McClelland (1972), delineando na trajetória de gestão de pequenos negócios a base de um modelo de capacitação das competências do comportamento empreendedor na condução de pequenos negócios. A proposta é abrir novos caminhos e avançar na discussão trazida pela literatura quanto ao entendimento sobre a ação empreendedora estabelecida no conceito do empreendedorismo por necessidade, que destaca somente a perspectiva econômica da relação trabalho-renda, sem considerar a importância do indivíduo na condução do negócio.

Na pesquisa sobre as bases de constituição da figura jurídica do MEI e seus processos de operacionalização e gestão, observou-se que o mercado tem uma percepção positiva sobre os benefícios e vantagens das políticas implementadas, visto que, de 2009 a 2023, o programa SIMEI obteve um total de 15.718.625 de formalizações ativas. Desse universo MEI de mais de 15 milhões de empresas formalizadas, a presente tese verificou a existência de quatro tipos distintos e, dispostos quanto às “intenções” na formalização da empresa MEI, sendo: O empreendedor Nativo, o empreendedor Inativo, o empreendedor Espúrio e o empreendedor por Conveniência (Quadro 5).

Na proposição de existência de quatro tipos de MEI, teve-se que os empreendedores dos tipos “Espúrio e Por conveniência” não fazem parte da temática comportamental em questão por não haver uma unidade produtiva de pequenos negócios nas bases do conceito da ação empreendedora, anteriormente discutida. No entendimento da literatura, o empreendedor Nativo representa o embasamento da forma ideal das premissas sobre as características do comportamento empreendedor (CCE), por internalizar de forma integral as habilidades e competências, com visão de investimento na criação e gestão de negócios.

Diferentemente do conceito de não-empreendedor descrito por Gartner (1985), o empreendedor Inativo é o tipo de MEI que apresenta as características do comportamento

empreendedor, porém com dificuldades de colocá-las em prática na condução do negócio. Tal afirmação pode ser vista no resultado da pesquisa aplicada, no qual, verificou-se que para 67% dos MEI's pesquisados, as características Persistência, Exigência de qualidade/eficiência e Comprometimento são as CCE's *mais* presentes na condução do negócio. As três características com maior frequência no dia a dia do negócio compõem a categoria da Realização (McClelland, 1972), tem-se que as CCE's da categoria da Realização são entrelaçadas numa série de fatores motivacionais, que direcionam o indivíduo para o “querer fazer” da ação empreendedora.

Quanto às dificuldades do MEI expressas na questão da CCE *menos* presente na condução do negócio, observou-se que para 79% dos pesquisados, quatro características foram escolhidas com maior frequência entre as dez dispostas, respectivamente, Correr riscos calculados, Persuasão e Redes de contatos, Planejamento/Monitoramento sistemáticos e Estabelecimento de metas, demonstrando que as principais dificuldades da ação empreendedora estão vinculadas às categorias de Planejamento e Poder. As CCE's das categorias de Planejamento e Poder exigem do empreendedor habilidades e competências de gestão e relacionamento, muito além do simples desejo do “querer fazer”, reforçando os estudos de Gartner (1989), nos quais, sugere que pesquisas sobre o tema deveriam focar em “*O que o empreendedor faz?*” e não, “*Quem o empreendedor é?*”.

Assim, os resultados indicaram que um modelo de formação empreendedora voltada para o MEI requer o aprimoramento nas CCE's das categorias de Planejamento e Poder, vinculadas à gestão do negócio. Estes achados trazem embasamento para o desenvolvimento de um modelo de formação empreendedora, ao mesmo tempo, que levantaram questionamentos para estudos futuros: como desenvolver as CCE's necessárias para aproximar o MEI inativo daquele nativo, ou ainda, torná-lo nativo? Desta forma, a principal contribuição trazida pelo presente estudo consistiu na identificação dos elementos que compõem tal modelo, embora estudos futuros sejam necessários para determinar *como* colocá-los em prática.

8 REFERÊNCIAS

- Arruda, C., Burcharth, A., & Dutra, M. (2016). Relatório da Pesquisa Bibliográfica sobre Empreendedorismo e Educação Empreendedora. *Estudos Teóricos Referenciais sobre Educação Empreendedora - SEBRAE*.
- Baggio, A. F., & Baggio, D. K. (2014). Empreendedorismo: Conceitos e Definições. *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, 1(1), 25-38.
- Banco do empreendedor. (2023). <https://www.bancodoempreendedor.org.br>. Acesso em 08 de 03 de 2023, disponível em Banco do empreendedor, a casa do empreendedor: https://www.bancodoempreendedor.org.br/conteudo/mei-e-simples-nacional-qual-a-diferenca.html?gclid=Cj0KCQiAgaGgBhC8ARIsAAAYLfEtO58FaP35RfvuhOEPUqKcM6gNYCaH4zuDj5EThDSUpnhwvgtPz3kaAraeEALw_wcB
- Barletta, F. (2018). *Motivação: Persistir ou Perseverar?* Acesso em 27 de 10 de 2023, disponível em Portal Empreendedorismo: https://www.portalempreendedorismo.com.br/2018/08/03/persistir-ou-perseverar/?doing_wp_cron=1698408927.3919770717620849609375#:~:text=%E2%80%9CPersistente%E2%80%9D%20%C3%A9%20usado%20quando%20h%C3%A1,quando%20o%20prop%C3%B3sito%20%C3%A9%20bom.
- Bergamini, C. W., & Coda, R. (1997). *Psicodinâmica da Vida Organizacional: motivação e liderança* (2 ed.). São Paulo: Atlas.
- Boava, D. L., & Macedo, F. M. (2009). Sentido Axiológico do empreendedorismo. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*(33).
- Borchers, J., Rosalem, L. J., Leite, T. H., & Araújo, E. (2022). Análise dos determinantes do desemprego e da informalidade juvenil no Brasil (2012-2021). *Anpec - Encontro de Economia da Região Sul*. Acesso em 24 de 01 de 2023, disponível em https://www.anpec.org.br/sul/2022/submissao/files_I/i7-225b94780b62341ff3208a1f9b0e005d.pdf
- Brasil. (2002). Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Acesso em 04 de 01 de 2023, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm#art966
- Brasil. (2006). Lei Complementar nº. 123/06, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências.

- Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Acesso em 04 de 01 de 2023, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm
- Brasil. (2008). Lei Complementar no 128, de 19 de dezembro de 2008. DF. Acesso em 04 de 01 de 2023, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm
- Brasil. (2018). Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) de nº 140, de 22 DE maio DE 2018. Brasília, DF. Acesso em 15 de 03 de 2023, disponível em <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=92278#1893250>
- Brasil. (2022). Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) de nº 165, de 23 de fevereiro DE 2022. Brasília, DF. Acesso em 15 de 03 de 2023, disponível em <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=123086#2326037>
- Cacciamali, M. C. (2001). Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México. *Pesquisa & Debate*, 12(1), pp. 5-42. Acesso em 04 de 01 de 2023, disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/issue/view/842>
- Câmara dos Deputados. (2024). *Agência Câmara de Notícias*. Acesso em 17 de 01 de 2024, disponível em <https://www.camara.leg.br>: <https://www.camara.leg.br/noticias/845632-projeto-aumenta-limite-de-faturamento-para-microempreendedor-individual/>
- Casimiro, P. (2015). Você sabia que o MEI que recolhe apenas 5% sobre o salário mínimo de INSS só tem direito a aposentadoria por idade? *Jusbrasil-Artigos*. Acesso em 31 de 03 de 2023, disponível em <https://paulamcasi.jusbrasil.com.br/artigos/251313714/voce-sabia-que-o-mei-que-recolhe-apenas-5-sobre-o-salario-minimo-de-inss-so-tem-direito-a-aposentadoria-por-idade>
- Chaui, M. d. (2000). *Convite à filosofia* (7 ed.). São Paulo: Ática.
- CMAP. (2021). *Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas - Microempreendedor Individual - Ciclo 2021*. Ministério da Economia, Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Brasília-DF. Acesso em 28 de 03 de 2023, disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2021/subsidios/mei-relatorio-avaliacao.pdf>
- Colbari, A. d. (2007). A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. *SINAIS: Revista Eletrônica - Ciências Sociais UFES*, 1(01), pp. 75-111.

- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2003). *Métodos de Pesquisa em Administração* (7 ed.). (L. d. Rocha, Trad.) Porto Alegre: Bookman.
- Costa Neto, P. L. (2002). *Estatística* (2 ed.). São Paulo: Edgard Blücher.
- Czarnotta, R. (2018). Desenvolvimento, ambiente institucional e o novo banco do BRICS: um estudo sobre os caminhos e estruturas. *Dissertação de Mestrado*; São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- Davis, L., & North, D. (1970). Institutional Change and American Economic Growth: A First Step Towards a Theory of Institutional Innovation. *The Journal of Economic History*, 30(1), pp. 131-149. doi:10.1017/S0022050700078633
- Dicio. (2023). *dicio.com.br*. Fonte: Dicionário Online de Português.
- Druker, P. F. (1987). *Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios* (2 ed.). São Paulo: Pioneira.
- ECBR. (2022). *Negócios LGBTQIA+ e seu potencial como nicho de mercado*. Acesso em 24 de 10 de 2023, disponível em e-commercebrasil: <https://www.e-commercebrasil.com.br/artigos/negocios-lgbtqia-e-seu-potencial-como-nicho-de-mercado>
- Educa Mais Brasil. (2023). *Educação e Carreira*. Acesso em 10 de 03 de 2023, disponível em Empreendedorismo jovem: conheça essa tendência mundial: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/carreira/empreendedorismo-jovem-conheca-essa-tendencia-mundial>
- Feijo, C. A., Silva, D. B., & Souza, A. C. (2009). Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecinf. *Revista de Economia Contemporânea [online]*, 13(2), pp. 329-354. doi:<https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000200007>
- Fundação Padre Anchieta. (2023). *Cultura UOL*. Acesso em 24 de 10 de 2023, disponível em Cultura UOL Notícias: https://cultura.uol.com.br/noticias/34926_62-dos-pequenos-negocios-nas-periferias-brasileiras-sao-criados-por-mulheres.html
- Gartner, W. B. (1985). A Conceptual Framework for Describing the Phenomenon of New Venture Creation. *The Academy of Management Review*, 10(4), pp. 696–706.
- Gartner, W. B. (1989). Who Is an Entrepreneur? Is the Wrong Question. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 13(4), pp. 47–68.

- Gartner, W. B. (1990). What are we talking about when we talk about entrepreneurship? *Journal of Business Venturing*, 5(1), pp. 15-28. doi:[https://doi.org/10.1016/0883-9026\(90\)90023-M](https://doi.org/10.1016/0883-9026(90)90023-M)
- Gartner, W. B. (2001). Is There an Elephant in Entrepreneurship? Blind Assumptions in Theory Development. *Entrepreneurship Theory and Perspective: Babson College*, pp. 27-39. doi:[10.1007/978-3-540-48543-8_11](https://doi.org/10.1007/978-3-540-48543-8_11)
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4 ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6 ed.). São Paulo: Atlas.
- Gov.br. (2023). *Quero ser MEI: Direitos e obrigações*. Acesso em 16 de 03 de 2023, disponível em Empresas & Negócios: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/quero-ser-mei/direitos-e-obrigacoes>
- Hair, J. F. (2005). *Fundamentos de Métodos de Pesquisa Em Administração. Colaboradores: Babin, Barry; Money, Arthur H.; Samouel, Phillip*. (L. B. Ribeiro, Trad.) Porto Alegre: Bookman.
- Houaiss, D. (2022). <https://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em 13 de 02 de 2022, disponível em Grande Dicionário Houaiss: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#3
- IBGE. (2023). Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais. *Tabelas 2021/2023*. Brasília, DF. Acesso em 2023 de 10 de 2023, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/empreendedorismo/38014-estatisticas-dos-cadastros-de-microempreendedores-individuais.html>
- IBGE. (2023). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Acesso em 10 de 01 de 2023, disponível em IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>
- ILO. (2018). *Informality and non-standard forms of employment*. Report: the G20 Employment Working Group meeting, International Labour Organization, Buenos Aires. Acesso em 27 de 01 de 2023, disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_646040.pdf
- INPI. (2022). *Inova Simples*. Acesso em 03 de 04 de 2023, disponível em Instituto Nacional da Propriedade Industrial : <https://www.gov.br/inpi/pt-br/projetos-estrategicos/Inova-simples#:~:text=O%20Inova%20Simples%20foi%20regulamentado,de%20forma%20simplificada%20e%20autom%C3%A1tica%E2%80%9D>.
- IOB. (2022). *IOB Notícias*. Acesso em 03 de 04 de 2023, disponível em Startups do Inova Simples agora podem optar pelo Simples Nacional:

- <https://noticias.iob.com.br/startups-do-inova-simples-agora-podem-optar-pelo-simples-nacional/>
- Kerlinger, F. N. (1988). *Metodologia de pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. (H. M. Rotundo, Trad.) São Paulo: EPU - Editora Pedagógica e Universitária.
- Kon, A. (2012). Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. *Revista Economia & Tecnologia*, 8(2). Acesso em 11 de 01 de 2023, disponível em <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/28159>
- Krein, J. D., & Proni, M. W. (2010). *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Série Trabalho Decente no Brasil*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho - OIT. Acesso em 27/01/2023, disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_227055.pdf
- McClelland, D. C. (1965). N achievement and entrepreneurship: A longitudinal study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1(4), pp. 389–392. doi:10.1037/h0021956
- McClelland, D. C. (1972). *A sociedade competitiva: realização e progresso social*. (Á. Cabral, Trad.) Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- McClelland, D. C. (1988). *Human Motivation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mccraw, T. K. (2012). *O Profeta da Inovação: Joseph Schumpeter e a Destruição*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Michaelis. (2023). Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Acesso em 28 de 12 de 2023, disponível em <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=OWQE>
- Minello, I. F., Bürger, R. E., & Krüger, C. (2017). Entrepreneurial behavioral characteristics: a study with academics of administration of a brazilian university. *Revista de Administração da UFSM*, pp. 72–91. doi:10.5902/1983465924894
- Moreira, R. d. (2013). Empreendedorismo e inclusão produtiva : uma análise de perfil do microempreendedor individual beneficiário do programa bolsa família. *Radar IPEA - Artigos*. Acesso em 10 de 01 de 2023, disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5648?mode=full>
- Neri, M., & Fontes, A. (2010). Informalidade e Trabalho no Brasil: Causas, Consequências e Caminhos de Políticas Públicas. *FGV Social*. Acesso em 29 de 01 de 2023, disponível

em <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/es61-Informalidade-e-trabalho-no-Brasil-causas-consequencias-e-caminhos-de-Políticas-Publicas-Marcelo-Neri.pdf>

Oliveira, J. M. (2013). Empreendedor individual: ampliação da base formal ou substituição do emprego? *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)*, pp. 33-44. Acesso em 05 de 01 de 2023, disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5638>

Ostermann, F., & Cavalcanti, C. J. (2011). *Teorias de Aprendizagem*. Porto Alegre: Evangraf; UFRGS.

PMSP. (2019). *Informes urbanos. Microempreendedor individual paulistano: balanço de uma década*. Publicação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) - Nº 39, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, São Paulo. Acesso em 2023 de 09 de 2023, disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/40_IU_OD_2019_final.pdf

Porto, L. V., & Vieira, P. J. (2019). A “pejotização” na reforma trabalhista e a violação às normas. *Revista Eletrônica Pejotização. Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região*, 8(80), pp. 52-77. Acesso em 31 de 03 de 2023, disponível em https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/161810/2019_rev_trt09_v0008_n0080.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Pró-Reitoria de Pesquisa da USP. (2019). *Guia de Boas Práticas Científicas*. Universidade de São Paulo, São Paulo. Acesso em 01 de 04 de 2022, disponível em https://prp.usp.br/wp-content/uploads/sites/649/2016/05/PRP_Guia-de-Boas-Pr%C3%A1ticas-Cientificas_2019_2.pdf

RFB. (2024). Total de Empresas Optantes no SIMEI. *Apresenta os relatórios estatísticos que consideram todos os MEIs formalizados no Portal ou optantes do SIMEI*. Brasília, DF: Receita Federal do Brasil. Acesso em 02 de 01 de 2024, disponível em <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemei/private/pages/relatorios/relatorioMe sDia.jsf>

Santos, A. D. (2019). Pejotização e Fraude nas Relações de Emprego: Análises dos Efeitos Trabalhistas e Fiscais-Tributários: O caso dos Salões de Beleza). *Revista Eletrônica Pejotização. Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região*, 8(80), pp. 19-51. Acesso em 2023 de 03 de 2023, disponível em https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/161810/2019_rev_trt09_v0008_n0080.pdf?sequence=1&isAllowed=y

- Schumpeter, J. A. (1961). *A Teoria do Desenvolvimento Econômico* (Primeira edição brasileira ed.). (L. Schlaepfer, Trad.) Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Schutel, S. (2015). *Aprendizagem transformadora para o desenvolvimento sustentável futuro : estudo de casos em cursos de administração no Canadá e no Brasil*. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração, Rio Grande do Sul.
- Sebrae. (2021). *Artigos: Formalização como MEI para estrangeiros*. Acesso em 15 de 03 de 2023, disponível em Empreendedorismo e Microempreendedor Individual: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/formalizacao-como-mei-para-estrangeiros,622fd6ab067d9710VgnVCM100000d701210aRCRD>
- Sebrae. (2022). *Dia da Micro e Pequena Empresa evidencia a importância dos empreendedores para o Brasil*. Acesso em 28 de 02 de 2023, disponível em Brasil empreendedor/Dinheiro: <https://agenciasebrae.com.br/brasil-empreendedor/dia-da-micro-e-pequena-empresa-evidencia-a-importancia-dos-empreendedores-para-o-brasil/>
- Sebrae. (2022). <https://sebrae.com.br/>. Acesso em 05 de 01 de 2024, disponível em Conheça as características empreendedoras desenvolvidas no Empretec: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/conheca-as-caracteristicas-empreendedoras-desenvolvidas-no-empretec,d071a5d3902e2410VgnVCM100000b272010aRCRD>
- Sebrae. (2022). <https://www.sebrae.com.br/>.
- Sebrae. (2022). *Portal Sebrae*. Acesso em 09 de 03 de 2023, disponível em Artigos: Empreendedorismo/Abertura de empresa: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigoshome/empreender-nao-tem-a-ver-com-a-sua-idade,25f203f0079c9610VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=Segundo%20dados%20da%20pesquisa%20GEM,com%20uma%20idade%20mais%20elevada>.
- Sebrae Digital. (2023). *Leis e Normas, MEI: Mudanças para o MEI em 2023*. Acesso em 04 de 04 de 2023, disponível em <https://digital.sebraers.com.br/blog/mei/mudancas-para-o-mei-em-2023/>
- Silva, A. S., & Costa, R. A. (2021). Fatores que influenciam a formação para atividade empreendedora suportada por recursos tecnológicos e inovadores. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas (REGMPE)*, 6(3), pp. 19-32.

- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* (4 ed.). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Acesso em 23 de 07 de 2023, disponível em https://www.researchgate.net/publication/312125489_Metodologia_da_Pesquisa_e_Elaboracao_de_Dissertacao
- Silva, L. X., & Souza, M. d. (2010). Estado, Macroeconomia e Políticas Públicas: objetivos e instrumentos de política econômica e estrutura da análise macroeconômica. In: L. X. Silva, *Estado e políticas públicas*. Porta Alegre: UFRGS. Fonte: <http://hdl.handle.net/10183/56459>
- Souza, D. M., Trovão, C. J., Silva, M. R., & Santos, J. O. (2020). Informalidade no mercado de trabalho: abordagens conceituais e evolução histórica. *Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, 32(57), pp. 101-128. Acesso em 27 de 01 de 2023, disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/48445/32622>
- Terra. (2022). *Terra empresas: Atividades do MEI: quantas são e como alterar as ocupações*. Acesso em 04 de 04 de 2023, disponível em <https://www.terraempresas.com.br/blog/atividades-do-mei>
- Time Neon. (2021). *Quais as diferenças entre autônomo, MEI e profissional liberal?* São Paulo. Acesso em 29 de 03 de 2023, disponível em <https://neon.com.br/aprenda/empreender/autonomo-mei-profissional-liberal/>
- Triviños, A. N. (1987). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Ulyseia, U. G. (2006). Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, 26(4), pp. 596-618. doi:<https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000400008>
- UNCTAD. (2009). *Empretec Programme. The Entrepreneur's Guide*. United Nations Conference on Trade and Development. , Division on Investment and Enterprise. Acesso em 30 de 08 de 2023, disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/diaeed20093_en.pdf
- Vale, G. M. (2014). Empreendedor: Origens, Concepções Teóricas, Dispersão e Integração. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(6), 874-891.
- Vilas Boas, E. P. (2015). *O comportamento do empreendedor e suas influências no processo de criação e no desempenho da empresa*. Tese de doutorado , Faculdade de Economia,

Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Administração, São Paulo. doi:10.11606/T.12.2015

VOLP. (2022). *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Acesso em 07 de 02 de 2022, disponível em <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>

Zuccari, P., & Belluzzo, R. C. (2016). A Competência em informação e o perfil empreendedor no âmbito das organizações. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 6(Número especial), p. 6171. Acesso em 02 de 02 de 2023, disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/27394>

9 APÊNDICE

9.1 Questionário da Pesquisa Aplicada

Pesquisa Comportamento Empreendedor - FEA/USP

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP.

Pesquisador: Renato Czarnotta – (rczarnotta@usp.br)

Título da tese: “Identificação das características empreendedoras necessárias para a formação empresarial do Microempreendedor Individual”.

Termo de consentimento

Solicito seu apoio para participar de minha pesquisa de doutorado, respondendo um breve questionário sobre as características do Comportamento Empreendedor, o tempo médio de duração da pesquisa é de 8 minutos . Minha pesquisa é realizada na Universidade de São Paulo e, orientada pelas Professoras Dra. Paula Schnaider e Dra. Renata Spers.

A pesquisa tem como objetivo analisar as características do comportamento empreendedor do Microempreendedor Individual (MEI). A participação neste estudo é voluntária, você pode responder ou não o questionário de acordo com sua vontade. Sua contribuição será muito importante para a minha tese. A participação é anônima e as informações serão utilizadas somente para fins acadêmicos, com análise dos dados de forma consolidada, sempre com omissão de seu nome. Você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas, poderá entrar em contato por e-mail rczarnotta@usp.br e obter mais informações sobre o contexto do estudo.

At.te;

Renato Czarnotta

Local da Pesquisa: _____.

Você concorda em participar da pesquisa?

- Sim
- Não

Sobre a formalização do negócio:

1. Você tem MEI há quanto tempo?

- Menos de 1 ano
- Entre 1 e 2 anos
- Entre 2 e 3 anos
- Entre 3 e 4 anos
- Entre 4 e 5 anos
- Mais de 5 anos
- Estou em processo de formalização
- Não possuo

2. Qual o principal motivo que o(a) levou a abrir uma empresa MEI?

- a. Trabalhar por conta própria ou obter renda adicional.
- b. Investir em uma nova ideia de negócio.
- c. Benefícios fiscais e/ou previdenciários.

3. Qual o setor de atuação da empresa?

- Comércio tradicional - Varejo
- Comércio Eletrônico
- Indústria
- Serviços
- Agricultura
- Outro

Agora, gostaria de conhecer melhor o processo de formulação, planejamento e implementação de seu negócio. Por favor, indique o seu grau de concordância com as afirmações a seguir.

0 - Discordo totalmente / 10 - Concordo totalmente.

Características do Comportamento Empreendedor

Na ideia do negócio:

4. Quando tive a ideia do meu negócio, no primeiro momento, priorizei o que já sabia para começar e busquei no mercado novas atividades e novos formatos para o meu negócio.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente										

5. Na ideia do meu negócio, pesquisei as informações necessárias para compreender melhor o mercado e encontrar melhorias do meu negócio.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente										

6. Na estrutura do negócio, mesmo sem ter todo o capital que julgava necessário para começar o meu negócio, estruturei a empresa da melhor forma possível naquele momento, confiante que buscaria conhecimento e recursos para melhorá-la.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente										

7. Na estrutura do negócio, criei um primeiro planejamento comercializável do produto/serviço, para ter o controle e monitorar a situação do meu negócio.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente										

8. Na estrutura do negócio, estabeleci metas objetivas visando a estabilidade e crescimento do meu negócio.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente										

9. Na operação do meu negócio, mesmo com outra atividade em paralelo, acompanhava rotineiramente as finanças do negócio para ter certeza de que tudo seguia como planejado.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente										

10. Na gestão do negócio, assumo alguns riscos ao definir as iniciativas e metas do meu negócio, pois isso permite que eu possa aproveitar novas oportunidades.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente										

11. Estou sempre em contato com pessoas que acredito serem importantes na condução do meu negócio e, costumo expor minhas ideias à prova para ter certeza de que estou no caminho certo.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente										

12. Recebo abertamente o feedback de clientes e parceiros, e busco sempre aperfeiçoar a operação, implementando as melhorias necessárias para a empresa crescer.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente										

13. Atualmente, dedico-me exclusivamente ao meu negócio e não desenvolvo outras atividades econômicas em paralelo.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Discordo totalmente Concordo totalmente

Características e Segmentação

Sobre você:

14. Gênero:

- Feminino
- Masculino
- Outro

15. Escolaridade:

- Não alfabetizado
- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino técnico completo
- Ensino técnico incompleto
- Graduação completa
- Graduação incompleta
- pós-graduação completa
- pós-graduação incompleta

Autoavaliação

16. Que nota você se dá em sua trajetória empreendedora?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Discordo totalmente Concordo totalmente

17. Das opções abaixo, qual características é mais presente na condução de seu negócio?

- Busca de informações
- Busca de oportunidades e iniciativa
- Comprometimento
- Correr riscos calculados
- Estabelecimento de metas
- Exigência de qualidade e eficiência
- Independência e autoconfiança
- Persistência
- Persuasão e redes de contato
- Planejamento e monitoramento sistemático

18. Das opções abaixo, qual características é menos presente na condução de seu negócio?

- Busca de informações
- Busca de oportunidades e iniciativa
- Comprometimento
- Correr riscos calculados
- Estabelecimento de metas
- Exigência de qualidade e eficiência
- Independência e autoconfiança
- Persistência
- Persuasão e redes de contato
- Planejamento e monitoramento sistemático

Agradecemos por sua participação!

Sucesso em seu negócio.